



**Da oralidade à escrita: a transcrição grafemática ou ortográfica de memórias/
histórias de vida de mobilidades Madeira/Brasil**

NAIDEA NUNES NUNES



ACTAS DO COLÓQUIO “AS MOBILIDADES NO ESPAÇO E NO TEMPO”

ISSN: 1647-3949 | 2017 – FUNCHAL, MADEIRA

pp. 215 - 254



NAIDEA NUNES NUNES

Naidea Nunes Nunes é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) e mestre em Linguística Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É doutorada em Linguística Românica pela Universidade da Madeira e pós-doutorada em Ciências da Linguagem e Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada (IULA) da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona (Espanha). É membro investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. É membro colaborador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Universidade de Lisboa e do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), no Projeto Nona Ilha.

**RESUMO/ABSTRACT:**

A questão da passagem da oralidade à escrita é muito pertinente na transcrição grafemática ou ortográfica das entrevistas realizadas, no âmbito do projeto Nona Ilha, aos emigrantes madeirenses, aos que ficaram à espera dos que partiram, assim como aos imigrantes que vieram para o Arquipélago da Madeira. Esta investigação enquadra-se na História Oral ou “História vista de baixo” que permite recolher toda a riqueza expressiva do registo oral, com as características da oralidade, as particularidades do Português falado na Madeira e as formas populares (geralmente associadas à baixa escolarização), bem como observar interferências das línguas dos países de acolhimento, possibilitando o estudo da língua falada enquanto identidade sociocultural no espaço e no tempo.

Palavras-chave: Língua falada; Oralidade e escrita; Transcrição de entrevistas; Histórias de vida; Memória; História Oral; Migrações madeirenses; Identidade sociocultural.

The question of the passage from the orality to the writing is pertinent in the graphematic or orthographic transcription of interviews made in the context of the Ninth Island Project, to the madeirian emigrants, to those that stayed in the island waiting for the ones that went away and to the imigrants that came to Madeira Archipelago. This research is made on the frame of Oral History or History in the perspective of the low people, which give us the opportunity to collect all the expressive wealth of the oral register, with the characteristics of orality, the particularities of the spoken Portuguese in Madeira and the popular forms (generally related to the population with lower scolarization), as well as to observe same interferences of the host countries' languages, providing us materials to study the spoken language as a sociocultural identity in the space and time.

Keywords: Spoken Language; Orality and Writing; Interviews' Transcriptions; Life Stories; Memory; Oral History; Madeirian Migrations; Sociocultural identities.



1. O PROJETO NONA ILHA, A HISTÓRIA ORAL E A LINGUÍSTICA DE CORPUS

O projeto Nona Ilha, integrado nas “Memórias das Gentes que fazem a História da Madeira”, tem como objetivos gerais: conhecer e valorizar a nona ilha edificada pelos emigrantes madeirenses no mundo, fixando e salvaguardando memórias / histórias de vida, através da História Oral. Os seus objetivos específicos, no âmbito dos estudos linguísticos e culturais, são dar conta da riqueza da expressividade oral, regional e popular, do Português falado na Madeira e conservado junto das comunidades de emigrantes e aferir os elementos culturais madeirenses remanescentes nas várias gerações de emigrantes – música, folclore, gastronomia, doces e bebidas, artesanato, arraiais e festas religiosas, ditos populares, alcunhas, etc.

A História Oral privilegia as fontes orais porque estas complementam as fontes escritas. No texto “O que faz a História Oral diferente?”, Alessandro Portelli diz-nos que “as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autónomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra)” (1997: 26). Afirma que “A fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita” e que os informantes do povo “podem ser pobres em vocabulário, mas sempre mais ricos em variações de matizes, volume e entonação que os oradores da classe média, os quais aprendem a imitar no discurso a monotonia da escrita” (1997: 28-29). Então, “As fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida. Outro aspeto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupos” (1997: 27). Assim, “A primeira coisa que torna a História Oral diferente é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a História Oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspetos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemónicas” (1997: 31). Em relação à riqueza expressiva do registo oral, o autor refere que os “descompassos entre a linguagem padrão e o dialeto são sempre sinal de um tipo de controle que os expositores têm sobre a sua fala. Uma estrutura recorrente típica é aquela na qual a linguagem *standard* é usada de um extremo ao outro, enquanto o dialeto brota em digressões ou anedotas singelas, coincidindo com um envolvimento mais pessoal do narrador (...). Por outro lado, a dialetização de termos técnicos pode ser sinal da vitalidade do discurso tradicional e do caminho pelo qual os narradores se empenham em ampliar a área expressiva de sua cultura” (1997: 30-31).

Thompson (2000: 6) menciona que “There can be no doubt that this should make for a more realistic reconstruction of the past. Reality is complex and many-sided; and it is a primary merit of Oral History that, to a much greater extent than most sources, it allows the original multiplicity of standpoints to be recreated. But this advantage is important not just for the writing of History”. Ou seja, a História Oral também tem um propósito social e linguístico-cultural ou intercultural, no caso das histórias de mobilidade ou estudos das migrações, envolvendo a memória como instrumento de trabalho, muitas vezes a partir das histórias de vida dos iletrados ou menos escolarizados.

Na apresentação do livro de Sônia Freitas (2006), Portelli salienta que a História Oral tem uma dimensão intrinsecamente interdisciplinar, em que a História, a Antropologia, a Música, o Folclore, a Etnografia e a Linguística se entrelaçam, de tal maneira que não é possível definir os tradicionais limites entre as disciplinas. Acrescenta que existem “Estudos étnicos norte-americanos, trabalhos sobre a imigração, pensados, sobretudo, como reconstrução dos traços originais, essenciais, das culturas provenientes e de sua conservação” (2006: 12). Freitas (2006: 17) cita Ronald Grele: “As pessoas sempre relataram suas histórias em conversas. Em todos os tempos, a História tem sido transmitida de boca a boca: pais para filhos, mães para filhas, avós para netos, os anciãos do lugar para a geração mais nova, mexeriqueiros para ouvidos ávidos. Todos, a seu modo, contam sobre acontecimentos do passado, os interpretam, dão-lhes significado, mantêm viva a memória coletiva”. A autora explica que a História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registo de narrativas da experiência humana: “é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal ou uma referência em um arquivo, em uma carta (Camargo, 1994: 78)”. Freitas (2006: 18) explicita que tem uma abrangência multidisciplinar, tendo sido sistematicamente utilizada por diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Psicologia, entre outras. Diz que “A História Oral pode ser dividida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida, história temática”. Quanto à tradição oral, cita Jan Vansina, especialista em tradição oral africana, que afirma que “uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas, também, como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chaves, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (*in* Freitas, 2006: 19). Freitas (2006: 21-22) esclarece que “A História Oral também não é sinônimo de história de vida. História de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita – que define a autobiografia – está ausente. Na história de vida é feita a reconstituição do passado, efetuada pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo. Com a História Oral temática, a entrevista tem carácter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista, que tem características de depoimento, não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa forma, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo”.

Existem alguns problemas levantados pela metodologia de pesquisa da História Oral, desde a reflexão teórico-metodológica à prática do trabalho de campo, da entrevista à transcrição e do arquivo à sua conservação. Sobre o uso da oralidade como fonte, Matos e Senna (2011) citam Thompson (1992: 17): “A História Oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”. Matos

e Senna transcrevem também um excerto de Alberti (1989: 4) que afirma que “a História Oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos” (in Matos e Senna, 2011: 96). A respeito da memória e imaginação, que têm a mesma origem, porque lembrar e inventar estão associados, referem que Le Goff lembra que “os gregos antigos fizeram da memória uma deusa (Mnemosine), inspiradora das artes liberais como a História, a Dança, a Astronomia e a Eloquência. Com base nessa construção, vemos que a História é filha da memória e irmã das musas guardiãs da poesia e dos poetas, responsáveis no mundo antigo por eternizar a idade das origens, ressignificando-a” (Matos e Senna, 2011: 96-97). Informam ainda que “Peter Burke descreve a memória como uma reconstrução do passado, uma vez que lembrá-lo e escrever sobre ele não são atividades ingênuas e inocentes como julgávamos até bem pouco tempo atrás. (...) Portanto, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Memórias individuais e coletivas se confundem. (...) Uma possibilidade de sistematização das lembranças, como indicadores e referências para múltiplos estudos, são os registros da oralidade. O que conhecemos como História Oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. Como procedimento metodológico, a História Oral busca registrar e, portanto, perpetuar impressões, vivências, lembranças, daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos” (Matos e Senna, 2011: 97). Como podemos ver, houve desde o início uma estreita ligação entre História Oral e identidade, pois a memória, associada à história de vida, é um elemento constitutivo da identidade.

Na visão de Philippe Joutard (1996: 44), “desde o início dividiram a História Oral, uma próxima das ciências políticas, voltada para as elites e os notáveis, outra interessada nas ‘populações sem história’, situada na fronteira da Antropologia. Além disso, coloca-se a questão das relações entre a História Oral e as disciplinas afins que também se servem da pesquisa oral, como a Sociologia e a Linguística”. Freitas (2006: 100) diz-nos que “mais tarde, outras áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais passaram a recorrer às fontes orais e, assim, aos poucos constituiu-se o que hoje se convencionou chamar de História Oral. É importante lembrar que a História Oral reconhece a confluência multidisciplinar e valoriza a contribuição de outras disciplinas, utilizando as que contribuem de forma importante para as pesquisas centradas nas fontes orais, como a Linguística e o Folclore (métodos para análise dos conteúdos dos relatos orais)”. Posto isto, a História Oral é uma forma de intercâmbio entre a História e as demais Ciências Sociais. Pois, a abordagem das representações sociais, enquanto fenômeno multidisciplinar, possibilita a compreensão do modo como os grupos e ou indivíduos vivem o cotidiano e nele constroem a sua identidade social e individual. A autora informa que o desenvolvimento da História Oral deveu-se “a alguns fatores sociais, como o interesse crescente pela história das mulheres, dos marginalizados e outros temas, os fenômenos migratórios, e também ao reencontro da História Oral com a História geral, em torno dos estudos da memória” (Freitas, 2006: 100). Salienta que “Segundo Alessandro Portelli, as fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político

ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época” (Freitas, 2006: 101). Refere ainda que “Há alguns aspetos críticos que envolvem a utilização da fonte oral. Críticas quanto à confiabilidade da fonte, pois muitos dizem que os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falível ou fantasiosa. Paul Thompson argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação” (Freitas, 2006: 102). Neste sentido, no processo descrito por Thompson, é preciso ter procedimentos bem definidos para a realização da entrevista e sua transcrição, de forma a garantir precisão no relato oral, devendo ser feito no decorrer da pesquisa um paralelo ou diálogo entre a documentação escrita já existente e a fonte oral, dado que “O historiador da oralidade é criador da própria fonte, pois a entrevista precisa ser extraída da testemunha e somente se torna fonte após a transcrição”. Por isso, Freitas (2006: 103) cita Maria Teresa Nabão que concorda com a posição de Le Goff, de que a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais: “(...) o estudo é recuperado por intermédio da memória das testemunhas. A memória é a base constituidora da oralidade. (...) Ela, apesar de sempre atual, não apresenta precisão, pois está constantemente ajustada às crenças e imaginários dos indivíduos. Assim, a fonte oral pode ser confrontada com outros tipos de documentação e analisada não apenas como uma complementação do documento escrito nos estudos históricos, uma vez que ambos os documentos produzem informações sobre as transformações das sociedades humanas”.

No âmbito da Linguística e no trabalho com fontes orais, existe a chamada Linguística de *Corpus*. Esta é a disciplina que se ocupa da recolha e análise de *corpora* orais ou escritos e surgiu da necessidade dos linguistas se apoiarem em usos reais da língua para descreverem evidências linguísticas, permitindo fazer generalizações ou esboçar teorias sobre o funcionamento linguístico, nomeadamente sobre a variação e a mudança linguísticas. A Linguística de *Corpus* contemporânea caracteriza-se pelo tratamento eletrónico dos *corpora* com o auxílio de ferramentas computacionais. Para Berber Sardinha (2004), um *corpus* deve ser constituído com dados autênticos (não inventados), legíveis por computador e representativos de uma língua ou variedade da língua que se deseja estudar. Trata-se de uma abordagem empirista, contrária à abordagem racionalista, do ponto de vista linguístico, tendo como ponto central a noção de linguagem enquanto sistema probabilístico. Posto isto, entende-se por texto uma amostra de linguagem falada ou escrita delimitada segundo os critérios de compilação do *corpus*. Sinclair define este como “uma coletânea de textos naturais (‘naturally occurring’), escolhidos para caracterizar um estado ou variedade de uma língua” (Sinclair, 1991: 171). Informa ainda que é “(...) a collection of pieces of language that are selected and ordered according explicit linguistics criteria in order to be used as a sample of the language. A computer corpus is a corpus which is encoded in a standardized and homogenous way for open-ended retrieval tasks. Its constituent pieces of language are documented as to their origins and provenance” (Sinclair, 1996: 10). Encontramos ainda as seguintes definições: “*Corpus* é uma coletânea de porções de linguagem que são selecionadas e organizadas de acordo com critérios linguísticos explícitos, a fim de serem usadas como uma amostra da linguagem” e “Uma coletânea grande e criteriosa de textos naturais” (in Biber *et al.*, 1998: 4). Enquanto McEnery e Wilson (1996) definem *corpus* como qualquer coleção de mais de um texto, afirmando que deve respeitar os seguintes requisitos: a) representatividade (um *corpus* deve ter uma amostragem suficiente da língua ou variedade de língua que se quer analisar para se obter o máximo de representatividade desta mesma língua ou variedade de língua); b) tamanho finito (o *corpus* tem um tamanho finito); c) formato eletrónico (atualmente é uma exigência que o *corpus* esteja em formato eletrónico, tendo a vantagem de ser consultado e manipulado de forma mais rápida e facilmente enriquecido com informação extra). Deste modo, a definição mais completa de *corpus* é a seguinte: “Um conjun-

to de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos) sistematizados segundo determinados critérios suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum dos seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise” (Sanchez, 1995: 8-9). Segundo Sanchez (1995), esta definição é a mais completa porque incorpora vários pontos importantes: a) origem ou naturalidade dos dados que devem ser autênticos e não fabricados; b) propósito, o *corpus* deve ter a finalidade de ser objeto de um estudo linguístico; c) composição, o conteúdo do *corpus* deve ser criteriosamente escolhido (com critérios de seleção definidos de forma científica ou objetiva); d) representatividade, o *corpus* deve ser representativo de uma língua, variedade ou linguagem de especialidade (com proporcionalidade de determinado número de palavras ou de textos); e) extensão, o *corpus* deve ser vasto para ser representativo; f) adequação, o *corpus* deve ser adequado aos objetivos da análise linguística, ou seja, deve ser construído com determinadas características que permitam investigar determinada questão linguística; g) formatação, os dados do *corpus* devem ser legíveis por computador. O uso do computador para processamento de *corpora* fornece aos estudiosos maior precisão e eficácia, pois a possibilidade de lidar com grandes quantidades de dados permite a observação e descrição de fenômenos linguísticos recorrentes que antes eram impossíveis de sistematizar na totalidade. A definição prévia do tipo de *corpus* a ser compilado é fundamental, por isso há que cumprir um conjunto de requisitos de forma a garantir a validade e a confiabilidade do *corpus* que servirá à investigação em foco. Para Sanchez (1995), esses requisitos são: autenticidade, representatividade, equilíbrio, amostragem, diversidade e tamanho (segundo Kennedy, 1998; Biber; Conrad; Reppen, 1998; Renouf, 1998 e Sinclair, 2005). Há uma grande preocupação com o tamanho do *corpus*, no entanto um *corpus* médio, porém mais equilibrado e diversificado, é muito mais representativo, pois constitui uma amostra mais fiel das possibilidades comunicativas ou discursivas. Um *corpus* linguístico serve para fazer estudos noutras áreas do saber, como Sociologia, Antropologia Cultural, História Oral, etc. Assim como um *corpus* destas áreas também pode ser usado como *corpus* linguístico, como é o caso do *corpus* de História Oral do projeto Nona Ilha. Fillmore (1992: 35) afirma “Todo *corpus* me ensinou coisas sobre a linguagem que eu não teria descoberto de nenhum outro modo”. Deste modo, o empirismo é o modelo de trabalho na Linguística de *Corpus* enquanto abordagem empirista da linguagem. Quando se fala em empirismo, significa que é dada primazia aos dados obtidos a partir da observação da linguagem, havendo uma correlação entre as características linguísticas e contextuais. A Linguística de *Corpus* pode ser vista como uma metodologia aplicada livremente enquanto instrumento de trabalho em várias disciplinas, sem mudar a orientação teórica destas, embora também seja vista como uma abordagem ou perspectiva de estudo da linguagem e mesmo como uma disciplina, visto que produz conhecimento novo que não é adquirido com o uso de outras ferramentas e de outros pressupostos teóricos, desde a compilação de *corpus* à descrição da linguagem. Berber Sardinha (2004) destaca Sinclair (1966) como trabalho pioneiro na área da pesquisa lexical, tendo traçado os rumos da maior parte dos trabalhos atuais em Linguística de *Corpus*, conectada à Linguística Aplicada.

Tanto a abordagem da História Oral como a metodologia da Linguística de *Corpus* permitem fazer investigação quantitativa e qualitativa dos dados recolhidos nas entrevistas e/ou em questionários e inquéritos. No caso do projeto Nona Ilha, e em particular no que diz respeito ao estudo linguístico e cultural, interessa-nos a análise de conteúdo como investigação qualitativa, embora os *corpora* também possibilitem a investigação quantitativa dos resultados obtidos. Gonçalves e Lisboa (2007) sublinham a importância da pesquisa qualitativa, cada vez mais valorizada nas Ciências Sociais, trazendo o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado

não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Assim, a metodologia qualitativa é um contributo fundamental para as Ciências Sociais, sendo sobretudo muito eficaz nas áreas e campos temáticos em que faltam fontes de informação acessíveis e organizadas. Como as investigações qualitativas geralmente produzem grande quantidade de informação descritiva, a sua organização e sistematização é muito importante. Bento (2016: 22) escreve que “A análise de conteúdo assume um papel fulcral na investigação qualitativa. Quivy e Campenhoudt (2005) afirmam que: «O lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade»”. Atesta que “A análise de conteúdo é uma técnica para recolher e analisar o conteúdo de um texto. O conteúdo refere-se a palavras, significados, símbolos, ideias, temas ou qualquer mensagem que pode ser comunicada. O texto é tudo o que é escrito, visual, ou falado que serve como meio para a comunicação” (Bento, 2016: 22). O autor informa ainda que, “Segundo Bravo (1998), toda a análise qualitativa de dados envolve sempre três dimensões básicas: a teorização (categorização), seleção (codificação) e análise (redução dos dados). Na análise de conteúdo, a ideia central é a de que signos/símbolos/palavras – as unidades de análise – podem organizar-se em categorias concetuais e essas categorias podem representar aspectos de uma teoria que se pretende testar” (Bento, 2016: 22-23). Explicita que a redução dos dados é o que a comunidade científica anglo-americana chama de *data reduction*, possibilitando a descrição e interpretação do problema em estudo. Bento (2016: 23) salienta que este processo se efetua através de uma operação chamada codificação, que permite ao investigador saber o que “contêm” os dados: “Na maior parte dos casos, a codificação ocorre após a recolha dos dados. Como afirma Wiersma (1995: 217), as categorias emergem dos dados em que o investigador busca padrões de pensamento ou comportamento, palavras, frases, ou seja, regularidades nos dados que justifiquem uma categorização”. Refere também Alberto Sousa (2005), de acordo com o qual, “no processo de análise de conteúdo, não há regras pré-estabelecidas para a definição de unidades nem de categorias. Cada análise de conteúdo é distinta de todas as outras, não havendo por isso possibilidade de se definirem critérios universais. As categorias são classes ou argumentos de unidades de conteúdo, organizadas em conformidade com as características comuns dessas unidades” (Bento, 2016: 23). Termina dizendo que o aparecimento de diversos programas informáticos de tratamento de dados qualitativos veio facilitar muito a complicada e demorada tarefa da técnica da análise de conteúdo e, simultaneamente, veio aumentar a fidelidade dos dados, recurso que não utilizámos por se tratar, neste caso, de um estudo parcial e não global dos dados recolhidos.

2. LÍNGUA, SOCIEDADE E CULTURA

Não há sociedade sem língua nem língua sem sociedade, por isso o linguístico e o social têm implicações recíprocas, pois a realidade sociocultural expressa-se através da língua e a língua não pode existir fora das relações da vida social da comunidade linguística. Matos (2008), ao escrever sobre a cultura e a língua, diz-nos que uma língua enquanto sistema é indissociável da sua função comunicativa, logo tem uma função “comunicativo-cultural”. E, no âmbito da pragmática (inter)cultural, referindo o conceito de “falante intercultural”, procura apresentar uma visão cognitiva integrada da comunicação linguística e da cultura, visto que a cultura “sobredetermina” a língua. Apresenta as propostas da Antropologia Cognitiva como perspetiva relevante que articula a dimensão cultural com a linguística: “a cultura plasmada na e pela própria língua”. Mas o conceito de cultura é vasto, “Para alguns, cultura

tem a ver com comportamento; para outros está associada a determinados materiais revestidos de valor simbólico; para outros ainda cultura prende-se com um determinado nível de abstração estabelecido a partir de formas sociais de conduta” (Matos, 2008: 394). Menciona que, na opinião de Fernando Trujillo Sáez, “a didática de língua tende a distinguir basicamente dois conceitos de cultura: a Cultura com maiúscula, ou alta cultura, essencialmente associada à história e às artes; e a cultura popular, associada aos costumes, tradições e formas de vida da comunidade” (Matos, 2008: 394). Acrescenta que “Guillén, Alario e Castro (2002: 125) julgam relevante para a didática da língua a distinção de três tipos de saberes culturais: o saber cultural em sentido estrito, que resulta da experiência social e da aprendizagem formal (que produz a chamada cultura geral) e inclui o saber sócio-cultural, que tem a ver com o conhecimento dos costumes e comportamentos da comunidade. O saber-fazer cultural, de tipo comportamental, equivalente ao domínio de procedimentos, aptidões práticas e capacidade para interagir na vida quotidiana. Finalmente, o saber-ser cultural, definido pelo conjunto de disposições individuais, crenças e valores que permitem aos aprendentes adotar comportamentos e atitudes positivas face a outras culturas” (Matos, 2008: 394-395). De seguida, cita Roy D’Andrade (1990: 65), a propósito da Antropologia Cognitiva, que coloca “a linguagem no centro do estudo antropológico, ao definir cultura como: sistemas aprendidos e partilhados de significado e compreensão, comunicados fundamentalmente por meio da língua natural. Estes significados e compreensões não são apenas representações acerca do que existe no mundo; têm um carácter diretivo, evocador e construtor da realidade” (Matos, 2008: 395-396). Assim, “A partir de modelos mentais particulares são gerados modelos culturais, concebidos como modelos de representação e interpretação do mundo, amplamente partilhados e pressupostos pelos membros de uma comunidade, e que intervêm de forma determinante nos seus comportamentos e na compreensão da realidade” (Matos, 2008: 396). Conclui que se os modelos culturais determinam fortemente a linguagem verbal e “se o contexto é também contexto cultural (entendido como cognição social), então justifica-se plenamente conceber que o significado linguístico seja modelado também pela cultura” (Matos, 2008: 397). Sublinha que “a adoção de uma perspetiva integrada (a nosso ver, cognitiva) da comunicação, cultura e linguagem leva-nos a assumir que a língua é no seu todo (em todos os níveis de descrição, incluindo o semântico e o pragmático) sobredeterminada pela cultura” (Matos, 2008: 397). Parece-nos que estes conceitos, embora aplicados à didática das línguas, são importantes para compreendermos como a língua, a sociedade e a cultura são realidades inseparáveis.

Não podemos estudar ou conhecer a língua falada sem ter em conta a área geográfica, mas também a caracterização sociocultural dos falantes, porque a heterogeneidade linguística é uma realidade: existe a variedade standard, que é uma das variedades geográficas ou dialetais, assim como variedades sociais, designadamente a chamada norma culta e a variedade popular ou Português popular das classes desprivilegiadas que não têm acesso à educação, ou seja, à imposição da norma da escola, conservando na fala formas populares antigas, através da transmissão oral de geração em geração. Trata-se de uma diferenciação que intervém na construção de uma identidade social, local e regional, de origem e nascimento ou de vivência da infância e da juventude numa determinada família e área geográfica. Para Mussalin e Bentes (2006: 34), “de uma perspetiva geral, podemos descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)”. As autoras asseguram que “A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores e que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala” (Mussalin e Bentes, 2006: 34). Segundo Santana e Neves (2015: 81-82), “A fala ocorre através

de um processo natural, é apreendida por meio da tradição oral e tem carácter funcional, é inovadora por suas tendências livres (Bagno, 2004)”. Informa que Koch (2007) defende a ideia de que a fala apresenta características distintas da escrita, por ser incompleta, não planeada, fragmentária, pouco elaborada, ter predominância de frases curtas e pouco uso de passivas, adicionando que “é estigmatizada e marginalizada por não obedecer sempre à norma padrão, principalmente quando falada pelas classes populares”.

A variação, que ocorre sobretudo na oralidade, está presente em múltiplos aspetos da língua, embora os aspetos lexicais e semânticos ou semântico-lexicais sejam menos sistematizáveis do que os fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos, visto que estes últimos são condicionados por fatores internos, enquanto os lexicais estão intimamente ligados a fatores extralinguísticos de carácter social e cultural, sobretudo etnográficos e históricos, incluindo a origem ou naturalidade rural ou urbana dos falantes, como é o caso dos regionalismos e dos populismos. Estes são uma marca sobretudo da linguagem oral, em que a observação da variável meio rural vs. urbano é importante. As maiores contribuições para o estudo da diversidade e/ou variação linguística têm sido de estudos geolinguísticos de diferentes regiões. A abordagem da Dialetoлогия ou Geolinguística tradicional já tinha em conta, nas diferenciações linguísticas, a preocupação com os fatores sociais, que sempre estiveram presentes nos estudos dialetológicos, tais como: região geográfica, classe socioeconómica, grau de escolaridade, sexo e idade, dado que se foca no estudo da fala das populações rurais com alto grau de isolamento e baixa escolaridade, ou seja, estuda a variação diatópica associada à população rural, idosa e analfabeta ou pouco escolarizada. A Sociolinguística, ao centrar-se sobretudo no estudo da fala urbana, tendo em conta o género, várias faixas etárias e níveis de escolaridade, vem complementar a abordagem da Dialetoлогия. Deste modo, os estudos linguísticos passam a integrar uma abordagem mais abrangente: além da variável geográfica (que inclui a oposição entre variedade rural e urbana) também as variáveis sociais (sexo, idade e escolaridade, associada ao nível socioeconómico e à profissão dos falantes), relacionando estas variáveis extralinguísticas com os fatores linguísticos ou estruturais. Surge, assim, a chamada Geolinguística pluridimensional ou Geosociolinguística, muito desenvolvida no Brasil. Esta abordagem multidimensional da realidade linguística de uma comunidade de fala permite observar a variação linguística, mas também possíveis mudanças em curso, através do comportamento ou uso linguístico dos falantes. Trata-se de estudos que unem as metodologias da Geolinguística e da Sociolinguística, dando conta da diversidade linguística de diferentes áreas geográficas e estratos socioeconómicos e culturais de uma comunidade de fala. Através dos *corpora* das entrevistas, realizadas no âmbito do projeto Nona Ilha, podemos estudar os traços linguísticos (lexicais, fonéticos e morfosintáticos) presentes na fala dos nossos emigrantes madeirenses mais velhos e ver se estão conservados nas novas gerações de luso-descendentes, bem como os que tendem a desaparecer, observando a variação em curso também em relação ao Português falado atualmente na ilha da Madeira.

Este estudo linguístico e sociocultural já está a ser aplicado aos que ficaram na ilha, observando a variação existente entre o meio rural e o urbano, mas também em vários estratos sociais da cidade do Funchal. Vieira e Bazenga (2013) referem que o Funchal tem sido palco de migrações internas, para onde convergem populações rurais, concentrando-se na periferia da cidade. Trata-se de fatores histórico-sociais que determinam a constituição ou composição deste espaço urbano, isto é, da sua geografia humana. Ao contrário dos resultados dos estudos de Labov (1990: 205), em que as mulheres tendem a ser mais conservadoras, devido à preferência pelas variantes padrão em detrimento das estigmatizadas (não-padrão), as autoras verificaram que na comunidade de falantes com baixo grau de educação, as mulheres demonstram comportamentos linguísticos marginais, liderando o uso de variantes não-padrão. As autoras explicitam ainda que esta diferença depende do papel socio-histó-

rico específico da mulher na comunidade, inclusive nas comunidades rurais periféricas das cidades, como é o caso do Funchal, em que os homens estão melhor colocados no mercado de trabalho, ou seja, apresentam melhor integração na comunidade de fala urbana, assimilando melhor as variantes urbanas com prestígio social, podendo abandonar o uso das formas desviantes da linguagem rural e popular. Isquierdo (1996: 93) afirma que o léxico de uma língua apresenta uma relação bastante forte com a história cultural da comunidade, visto que regista as mudanças que ocorreram na sociedade, reservatório de memória da sua cultura através do tempo. Isquierdo escreve: “o conjunto de vocábulos que integra o universo lexical de uma língua, por reproduzir a visão do mundo, o património cultural dos falantes e por testemunhar a vida, a história e a cultura de um grupo em diferentes fases de sua história, fornece marcas da identidade desse grupo. A forma de usar a língua, particularmente a de escolher as palavras, revela aspetos da maneira de pensar e de agir de um indivíduo ou grupo, além de fornecer índices da origem geográfica e da classe social do falante” (2003: 178). Como fenómeno social, a língua é heterogénea e plural. O pressuposto básico da teoria da variação linguística é o de que a heterogeneidade ou variação é inerente a qualquer sistema linguístico, não sendo aleatório, mas ordenado por restrições linguísticas e condicionantes extralinguísticas. Assim, existem regras variáveis que favorecem ou desfavorecem o uso de certas variantes linguísticas, formas variáveis ou formas em variação, por diferentes falantes e em diferentes contextos sociais. Portanto, toda a variação é motivada, isto é, determinada por fatores linguísticos e extralinguísticos, sendo a heterogeneidade ou variação sistemática e previsível. Nos estudos da variação linguística, segundo Labov (1972, 1994), Weinrich, Labov e Herzog, *Fundamental empirical foundations for a theory of language change* (1968), podemos observar a difusão de uma determinada variante por diversos segmentos sociais e a reação dos falantes perante os valores da variável observada, de modo a definir a tendência de mudança e observar como a suposta mudança em curso será consumada. A questão da mudança linguística está diretamente associada à variável social faixa etária, ou seja, a idade do falante pode ser um indicador da vitalidade ou da caída em desuso de uma palavra ou expressão, dependendo do facto de esta ocorrer ou não na fala das gerações mais novas. Geralmente, o uso de variantes não-padrão, por informantes com idade superior a 55 anos, constitui forte traço de “regionalidade”, de geração e/ou de classe social popular ou rural, dado que os madeirenses têm fortes raízes rurais e populares. Desta forma, a mudança pode ser atestada na comparação entre as diferentes faixas etárias, ao compararmos a fala de um informante idoso com a de um adulto ou de um jovem.

A cidade, em geral, usa uma linguagem mais de acordo com a variedade padrão, sendo os seus falantes mais sensíveis à questão do prestígio linguístico e social. No entanto, no meio urbano, como é o caso da cidade do Funchal, há o encontro de falantes de diferentes proveniências geográficas da ilha da Madeira, formando a chamada zona “rurbana”, zona de transição entre o rural e o urbano. O conceito de “rurban” áreas, ou seja, a noção de contínuo rural-urbano, proposta por Bortoni-Ricardo (2004), pretende compreender a variação linguística, evitando o risco de determinar fronteiras muito rígidas entre as variedades rural e urbana. A autora caracteriza da seguinte forma a área “rurbana”: “Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submetidas à influência urbana, seja pela mídia seja pela absorção da tecnologia agropecuária” (2004: 52). Segundo a autora, nesses falantes reconhecem-se os chamados traços graduais, que se caracterizam por terem uma distribuição descontínua nas áreas urbanas. Poderíamos neles reconhecer mesmo uma gradação, isto é, a presença desde construções muito estigmatizadas até outras consideradas padrão. Bortoni-Ricardo (2005) refere que, geralmente, encontramos grandes diferenças entre o comportamento linguístico nas áreas rurais e ur-

banas. Na oposição rural vs. urbano, estas diferenças revelam um *continuum* linguístico de maior ou menor uso de variantes linguísticas não-padrão ou de variantes de prestígio social em comunidades com características mais rurais e em comunidades com menor nível de escolaridade. Nestas, há maior uso de variantes não-padrão do que em falantes de origem urbana ou mesmo de “rurban” áreas (Vieira e Bazenga, 2013). Deste modo, o uso de regionalismos e de populismos, característicos das variedades rurais e das populações menos escolarizadas e analfabetas, também ocorre nas zonas periféricas das grandes cidades, que são zonas de transição entre o rural e o urbano, tratando-se, muitas vezes, de migração interna do meio rural para o urbano. Acontece o mesmo com a migração externa, para fora do Arquipélago da Madeira, uma vez que grande parte deles teve ou tem origem rural (cf. Branco, 1987). Lesley Milroy (1987), sociolinguista americana que se interessa por aspetos dialetológicos de variedades urbanas e rurais, dá ênfase à noção de “redes sociais”. Ou seja, como a variação linguística caracteriza grupos particulares, social, cultural e geograficamente, assim como homens e mulheres, numa comunidade urbana complexa. Segundo a autora, “redes sociais” são redes de relacionamento dos indivíduos estabelecidas na vida quotidiana, sendo constituídas por ligações de diferentes tipos, envolvendo graus de parentesco, amizade e ocupação. A autora mostra que redes de alta densidade e multiplexas tendem a manter o seu dialeto e a se mostrar resistentes à influência de valores externos, dados os fortes laços de solidariedade existentes entre os indivíduos, e a identificação dos mesmos com os valores sociais do grupo. Assim, as “redes sociais” densas são vistas como fatores conservadores fortes, travando a mudança linguística. O contrário ocorre com as “redes sociais” fracas, como é o caso da integração de indivíduos provindos de áreas rurais numa zona urbana, tendendo a perder traços muitas vezes sentidos como ruralismos, populismos ou arcaísmos. Pois, numa cidade, procura-se a aproximação do uso da língua à norma-padrão. A autora associa as “redes sociais” também aos conceitos de localismo e mobilidade. O localismo tem a ver com o sentimento do indivíduo em relação ao local em que vive: se ele o valoriza socialmente e demonstra um sentimento de pertença ao lugar, reforçando valores culturais e linguísticos da sua comunidade de fala, mesmo quando deslocado. Já a mobilidade diz respeito ao grau de deslocamento dos indivíduos, a partir do seu local de origem. O conhecimento da mobilidade e das “redes sociais” com familiares e os contactos linguísticos com o meio rural possibilitam o estudo de pequenos grupos sociais, com especificidades linguístico-culturais, como é o caso de populações rurais deslocadas para a cidade, favorecendo a identificação de dinâmicas sociais que motivam a conservação ou a mudança linguística. A mobilidade populacional dentro do Arquipélago da Madeira é reduzida e limitada pela pequena área geográfica insular, e, atualmente, observamos uma maior valorização da cultura rural e popular, enquanto identidade regional, a chamada “regionalidade” ou “madeirensidade” (cf. Nunes, 2014). Neste estudo, interessa-nos conhecer o sentimento de localismo, ou seja, de pertença à Madeira dos nossos emigrantes: a conservação de valores linguísticos e culturais dos madeirenses deslocados do seu local de origem para países de acolhimento ou em mobilidade e as interferências da nova língua e cultura na sua identidade social. Sabemos que quanto maior for a mobilidade, como é o caso da migração para fora da terra natal, mais os indivíduos estarão sujeitos a adotar valores de outros grupos, sobretudo se estiverem isolados e não organizados em grupos ou em comunidades de migrantes da mesma nacionalidade ou região. Pois, nas migrações ou mobilidades, ocorrem situações de contacto com outras línguas. Deste contacto entre línguas, como nos dizem Flores e Melo-Pfeifer (2014), surge o conceito de Língua de Herança (LH), associado ao perfil linguístico bilingue dos luso-descendentes (“Portuguese heritage speakers”), que teve origem no Canadá (cf. Cummins, 1983) e foi desenvolvido nos EUA, cujas competências linguísticas fazem com que sejam designados Falantes de Herança (FH), podendo ter níveis de proficiência apenas parciais e bastante diversificados e cujas experiências de aquisição e de contacto podem ser diversas (cf. Pires, 2011). Flores e Melo-Pfeifer (2014) mostram como o conceito de LH é fulcral,

no estudo da linguagem no contexto da migração, para compreendermos a situação sociolinguística dos luso-descendentes, nomeadamente a exposição reduzida à língua minoritária dos pais, ou de um dos pais, a interação bilingue e o facto de que a LH se fala mais ou menos conforme a exposição a ela. De acordo com as autoras (2014: 17), “De facto, falar de LH reflete o fenómeno das competências desiguais nas duas línguas (a maioritária e a minoritária) que designamos respetivamente língua do país de acolhimento e língua de herança, sendo que há maior propensão para usar de forma imediata e espontânea a língua maioritária, que geralmente é a língua dominante” dos luso-descendentes, devido às situações de socialização mais frequentes, apesar da posse de competências parciais desenvolvidas na LH, também devido às diferenças de acesso aos repertórios das diferentes línguas. Assim, FH refere-se a emigrantes de segunda (ou terceira) geração que adquirem duas línguas na infância em contextos de aquisição divididos entre o espaço familiar e o espaço social fora da família (no qual se inclui a escola). Então, a LH é a língua falada no seio da família, isto é, a língua de origem do emigrante que, em geral, é a primeira língua à qual a criança filha de pais migrantes é exposta (Flores e Melo-Pfeifer, 2014: 18-19).

Em *One Speaker, two languages. Cross-disciplinary perspectives on code-switching*, Milroy e Muysken demonstram como a migração de pessoas cria comunidades bilingues onde ocorre o contacto de línguas, entre as línguas minoritárias e a língua dominante do país de acolhimento: “The kind of bilingualism which emerges from economically motivated migration is often socially submerged and difficult to study. Frequently there is pressure on immigrants, both direct and indirect, to assimilate culturally and linguistically as rapidly as possible, and countries vary in the quality and kind of provision offered to migrant workers and their families. Migrant communities themselves vary in their attitude attempt to maintain their original language and culture and their contact with relatives left behind in the homeland. Their dilemma is to balance this human need against a conflicting desire to assimilate to the host language and culture. Bilingualism in migrant communities differs from the more stable and (to some extent) institutionally legitimised types of bilingualism (...). Characteristically, it spans three generations, the oldest speakers sometimes being monolingual in the community language, the economically active generation being to varying degrees bilingual but with greatly differing levels of competence in the host language, while children born in the host community may sometimes be virtually monolingual in the host language” (1995: 2). Os autores explicam que, observando como as pessoas de uma mesma comunidade emigrante usam de forma seletiva as diferentes línguas na sua vida quotidiana, aprendemos muito sobre o uso da linguagem e a variação linguística em geral. Dizem que “the act of switching between languages is much more visible than the style-shifting characteristic of the monolingual speaker. The complex interactions resulting from the storage and simultaneous processing of several languages in one human brain are revealing of general features of neurolinguistic and psycholinguistic processing. (...) the mixing of sounds and of gramatical patterns of different languages in bilingual speech informs us about general features of language structure” (1995: 4). Seguidamente, dão-nos o historial da investigação nesta área: “on borrowing and interference, the study of code-switching was slow, in starting Weinreich (1953) focusses mostly on lexical issues. (...) Weinreich writes: Finally, a bilingual’s speech may suffer from the interference of another vocabular through mere oversight; that is, the limitations on the distribution of certain words to utterances belonging to one language are violated. In affective speech, when the speaker’s attention is almost completely diverted from the form of the message to its topic, the transfer of words is particularly common (p. 60). About the same time, Haugen writes: Except in abnormal cases speakers have not been observed to draw freely from two languages at once. They may switch rapidly from one to the other, but at any given moment they are speaking only one, even when they resort to the other for

assistance. The introduction of elements from one language into the other means merely an alteration of the second language, not a mixture of the two (1950: 211)”. Para os autores, “the study of immigrant communities undergoing rapid language shift towards the dominant language may initially have been less propitious for discovering and analysing the phenomenon of switching than the much more stable bilingual communities that became the focus of research in the seventies. When Spanish-English and Hindi-English bilingualism were studied, code-switching soon came to the fore. (...) the interactional dynamics underlying code-switching and language choice” (1995: 8-9). Referem também o trabalho pioneiro de Gumperz nas estratégias interativas do bilinguismo: “his analyses directly contradict the view of code-switching as representing a deficient knowledge of language, a grammarless mixture of two codes. Language alternation is conceptualised not as a deficit to be stigmatised but as an additional resource through which a range of social and rhetorical meanings are expressed (Gumperz 1982a, 1982b). Typically, he focusses not on details of constituent structure but on the discourse and interactional functions which code-switching performs for speakers. Gumperz examines this in terms of the influence of situational facts such as topic, participants and setting” (1995: 9). Mencionam que Blom e Gumperz (1972) fazem a distinção entre “‘situational switching’ (switching triggered by a change in the situation) and ‘metaphorical switching’ (switching that itself expresses a ‘comment’ on the situation)” (1995: 9). Os autores acrescentam ainda que Giacalone Ramat se foca “on switching involving dialects of the same language. Since much switching occurs within a single conversation or utterance (conversational code-switching), Gumperz also emphasised the strategic activities of speakers in varying their language choice within an agreed framework of social values and symbols. From this perspective, code-switching is an element in a socially agreed matrix of contextualisation cues and conventions used by speakers to alert addressees, in the course of ongoing interaction, to the social and situational context of the conversation (Gumperz, 1982: 132; 1984: 112)” (1995: 9-10). Apresentam uma perspectiva diferente de Georges Ludi (1987) que estabelece “two intersecting but separate distinctions: a) between ‘exolingual interaction’ (‘interaction exolingue’), where speakers of different languages interact, and ‘endolingual interaction’ (‘interaction endolingue’), involving speakers with the same language-background; b) between unilingual and bilingual interaction (...) four types of interaction: exolingual, bilingual (interactants with different languages), exolingual, unilingual (native and non-native speakers in one language); endolingual, bilingual (among bilinguals); endolingual, unilingual (among monolinguals)” (Milroy e Muysken, 1995: 10). Terminam expondo que o termo geral “marque transcodique” é usado para denominar qualquer fenómeno indicativo da influência de uma língua sobre outra, como “code-switches”, o uso alternado de várias línguas pelos falantes bilingues, o que, como já vimos, geralmente, não indica falta de competência por parte do falante em nenhuma das línguas, sendo o resultado de competências bilingues complexas e havendo várias razões pelas quais as pessoas alternam o uso dos códigos linguísticos, sobretudo por questões sociais, psicológicas e gramaticais, mas também “borrowings” e “loan translations” (1995: 10).

O bilinguismo e o contacto de línguas são fenómenos muito estudados há várias décadas, existindo diferentes tipos de situações de contacto de línguas e diferentes formas de bilinguismo. Milroy e Muysken salientam a complexidade da situação de bilinguismo em contextos de migrações laborais na Europa, indicando que os incentivos à migração, normalmente, são explicados em termos de fatores de “puxa e empurra”, assim como pela vontade das pessoas deixarem a sua terra natal para terem um futuro melhor. Quer dizer, por um lado, por questões políticas e económicas do país de origem e, por outro lado, pelas oportunidades de trabalho e de mobilidade social do país de acolhimento. Explicitam que a situação migratória na Europa origina uma grande diversidade de situações de contacto linguístico: heterogeneidade resultante do movimento de populações entre países europeus (por exemplo,

de Portugal para França) e da chegada de grupos extraeuropeus (em particular da Ásia e de África). Documentam que a primeira migração era constituída por homens sozinhos que levaram depois as suas mulheres e filhos e tiveram filhos no país de acolhimento: “Rather than geographical origins or a common language, a shared poverty was the Foundation for groupings in the poor neighbourhoods of industrial cities (...) the new generations, born or settled at an early age in the host country, and educated in a language and a culture different from those reinforced in school and the society at large. (...) the status attributed to minority languages in education is another critical issue (...) is a key factor shaping the migrants’ status, and subsequently the status attributed to their home language within the dominant school system” (1995: 18-20). Ou seja, na maior parte das vezes, a língua e a cultura dos migrantes não são valorizadas nos países de acolhimento, face à língua dominante. Os autores sublinham que “A mainly urban settlement, whereas most migrants are themselves from rural areas, and the discrepancies linked to the migration situation itself, lead to the quick reconstitution of relation networks based on the village models. These different facts explain spatial distributions and the emergence of ethnic enclaves in cities with large migrant populations. (...) Clustering, reinforced by the arrival of women and children, allows groups to function as a micro-society or an extended family and to reactivate social duties between community members. Embracing these social obligations allows the community to protect itself from out-group values, as well as to validate in-group linguistic and behavioural models” (1995: 22). Referem que, por exemplo, as mulheres domésticas desenvolvem muito poucas competências na língua maioritária, por não se integrarem no mercado de trabalho e manterem uma posição tradicional na família com o uso da língua de origem como meio privilegiado para a conversação na comunidade migrante, afirmando que “language is much more than a simple means of communication; it is clearly invested with symbolic boundary functions. Language represents a reliable guide for the interpretation of eligibility for group membership. Because of this strong emblematic power, language choice defines adherence to group values and sets the limits between those who can speak the language and those who cannot. Loyalty to the endo-group is thus measured on a language choice based on conflict, rather than agreement, with other groups in contact (Martin-Jones 1987). Young adolescents in post-migratory situations, who have been socialised in rival cultural and linguistic systems, often feel part of both home and host cultures, and demonstrate convergence (...) Recently established groups share distinct traits, including unstabilised repertoires at an initial stage of contact, asymmetrical competence in the different languages, and differences in repertoire structure according to age and birth order. (...) the symbolic value attached to the languages in contact is an active component of identity reconstruction processes for the newly settled. Attitudes and linguistic behaviour of young adolescents, often inappropriately labelled as ‘second-generation immigrants’, through language choice to one or the other according to the situation” (1995: 24). Segundo Milroy e Muysken, a escolarização das gerações jovens no sistema do país de acolhimento é um dos principais fatores que não os faz regressar à terra natal, juntamente com a dificuldade de se integrar no mercado de trabalho, depois de um longo período fora. Citam Grumperz que define “code-switching” como “the juxtaposition within the same speech exchange of passages of speech belonging to different grammatical systems or subsystems (1982: 59). Code-switching is linguistically constrained, and not haphazard or the result of lack of competence in one, or both, of the languages. (...) Groups under observation generally share common features, notably rather symmetrical competence in both of the languages in contact, with each of them being assigned to fairly well-defined domains of use” (1995: 26). Deste modo, os luso-descendentes bilingues têm competências linguísticas complexas que lhes permitem ter domínios de uso bem definidos das duas línguas, nas diferentes situações de comunicação.

Milroy e Muysken enumeram diferentes estratégias destes grupos para lidarem com as duas lín-

guas em contacto, explicitando que estratégias são: “(i) the attitudes (high or low regard for the languages involved), (ii) the degrees of linguistic awareness (metalinguistic, sociolinguistic), and (iii) the different types of language practices (differentiated use of their bilingual competence according to situations, speakers, settings, topics, relationships between the participants in the interchange, etc.)” (1995: 27). Esclarecem que a competência no uso da língua dos migrantes depende parcialmente do grau de escolarização no país de origem e do subsequente acesso a informação e a literatura disponível nessa língua no país de acolhimento: “All different facts involve differential access to the languages in contact, and a subsequent unequal distribution of language skills. (...) Language choices depend to a considerable extent on the type of social networks favoured within the communities, and on linguistic norms and value systems that community networks protect and impose on members. Special attention should thus be given to the study of speech patterns and language behaviour in two key social networks: the family, because families function as micro-societies largely reflecting language choice rules in the community at large; and adolescent peer groups, as adolescents are the most important link between home and host communities” (1995: 29). Assim, o comportamento linguístico prevalente nas duas comunidades depende das situações de comunicação ou contextos sociais e dos interlocutores envolvidos. Alguns dos fenómenos de “code-switching” registados pelos autores são orações dentro de uma frase, o uso de conetores ou articuladores do discurso e interjeições com função exclamativa. Não consideram ser empréstimos lexicais porque, segundo Poplack (1989), para ser um empréstimo o seu uso tem de ser recorrente numa comunidade. Concluem que existem diferentes modos de comportamento bilingue dos falantes em situações de migração e de pós-migração, “On the one hand, the first-generation speakers under observation use a type of code-switches that tend to be of an essentially remedial nature: a combination of the two languages is often necessary to express communicative intent. We can assume (...) that their speech behaviour would be essentially the same in settings other than the family – ‘complementary bilingualism’. (...) First-generation immigrants, with little formal schooling, have a lower degree of normative consciousness which may account for the permeability of the linguistic system in which they are less linguistically competent. This type of behaviour, however, remains within the limits of individual or, possibly, familial variation since there has been no sign of the emergence of a contact dialect, probably due to the fact that the migrant population is too widely spread over the French territory. On the other hand, second-generation speakers tend towards types of code-switches that varied according to the degree of command of the two languages: relative mastery of the parents’ language correlated with greater ability to use both languages metalinguistically and stylistically, enabling the subjects to produce balanced bilingual speech, ‘termo-functional bilingualism’ (1995: 38-39). Trata-se de uma questão em que o uso de cada uma das línguas é vista como inseparável da identidade social e cultural do indivíduo.

3. DA ORALIDADE À ESCRITA: A ENTREVISTA

A questão da passagem da oralidade à escrita surge do facto de se tratar de fontes orais que têm de ser transcritas, ou seja, passadas à escrita. Além disso, a linguagem oral, popular e regional, apresenta uma grande riqueza ou abundância lexical, resultante da expressividade dos populismos, que surgem da criatividade do povo (a classe social menos escolarizada da população), e dos regionalismos (vocabulário diferencial que identifica um falante como sendo de uma região), assim como de variantes linguísticas, fonéticas e morfossintáticas não-padrão. Logo, enquanto a linguagem escrita tende a ser normativa, por pressupor mais tempo para ser pensada e estruturada, seguindo a norma da escola.

A língua falada, pelo contrário, resulta da espontaneidade, vivacidade e diversidade que caracteriza a oralidade.

A entrevista é o método de recolha de dados para a constituição de um arquivo de fontes orais. Antes de mais, é preciso saber que há cuidados éticos a ter em conta quando se faz pesquisa com pessoas, como esclarece Cordeiro *et al.* (2014): o entrevistado tem de assinar um termo de consentimento livre e esclarecido ou consentimento informado, depois de explicitados os objetivos e os procedimentos da investigação, garantindo o anonimato (caso este seja requerido), bem como a possibilidade de desistência e de pedido de esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer momento. Não se trata apenas de cumprir uma exigência dos comités de ética internacionais para proteção dos dados pessoais, como esclarecem os autores, mas como um “acordo inicial”, que representa uma “parceria”. Pois, segundo Mary Jane Spink (2014: 48), “como contrato de colaboração, o consentimento informado é tomado como um procedimento consensual, passível de revisão, sendo que a possibilidade de desfazer o acordo é cláusula fundamental do consentimento informado. Tem como princípio básico a transparência. Pensada na perspectiva da colaboração, a informação é essencial para que haja compreensão dos procedimentos, assim com dos direitos e deveres de cada um”. Deste modo, em casos específicos são necessários alguns cuidados adicionais, como quando um participante é analfabeto. Pois, não podemos pedir que assine um papel que não consegue ler. Então, devemos optar por gravar o seu consentimento oral. Quer dizer, explicamos de forma clara e precisa os nossos objetivos e perguntamos se aceita participar na nossa investigação (Cordeiro *et al.*, 2014: 49).

Para a realização das entrevistas, começamos pela seleção do entrevistado, do lugar da entrevista e do guião da mesma. Seguidamente, o sucesso da entrevista depende da relação de amizade conquistada, através de encontros anteriores ao dia marcado para a entrevista, entre o pesquisador e a testemunha. O lugar escolhido é importante para a qualidade da entrevista, pois deve ser tranquilo e onde o entrevistado se sinta à vontade. Tourtier-Bonazzi (1998) alerta que deve haver uma preparação feita por meio de leitura de livros sobre o assunto, consulta de arquivos, e deve ser elaborado um guião da entrevista, do qual o informante deve ter pleno conhecimento durante a entrevista, que pode ser estruturada, semiestruturada ou não-estruturada, sendo que cada uma delas tem vantagens e desvantagens para a pesquisa. No caso da entrevista estruturada, esta é constituída por um conjunto de perguntas bem definidas e organizadas numa sequência lógica e fixa, semelhante ao preenchimento de um questionário, o que restringe as respostas, mas torna mais fácil a sua categorização e consequente análise dos dados e a sua discussão, garantindo também a comparabilidade na sua análise qualitativa que é característica das Ciências Sociais. Por isso, o projeto Nona Ilha optou por um guião estruturado. No entanto, isso não impede que o documentador ou entrevistador não possa ter a liberdade de fazer outras perguntas que surjam do decorrer do diálogo e das informações ou história de vida do locutor ou entrevistado, assim como pode não poder aplicar todas as partes e ou questões do guião da entrevista, como é o caso de um emigrante madeirense que tenha tido uma curta estadia no país de acolhimento, não se aplicando muitas das questões do guião da entrevista por este ter voltado ao seu ambiente e quotidiano insular já há muito tempo. Posto isto, como nos diz Aragaki *et al.*, o mais importante é que se respeite “o fluxo discursivo”, tornando a entrevista agradável para os seus intervenientes, mostrando interesse e valorização do que está sendo dito e “abrindo possibilidades para maior amplitude e profundidade na abordagem do tema em estudo” (2014: 63). Segundo Freitas (2006: 105), na fase de transcrição das entrevistas, devem ser seguidas algumas regras, por exemplo: a transcrição deve ser feita pelo próprio entrevistador, o mais rapidamente possível; as passagens pouco audíveis devem ser colocadas entre parênteses; as dúvidas e os silêncios devem ser assinalados com reticências; os erros flagrantes (enganos em datas e referências a pessoas) devem ser corrigidos; e outros factos, risos,

ruídos e gestos significativos devem ser assinalados entre parênteses duplos, pois são informações importantes para compreendermos o discurso e traduzem o ambiente da entrevista, por exemplo, na entrevista número 80 (cf. 4.4.), o locutor compara a Madeira a “um grandji galinheiro [galinheiro]... e..., quando chegam mais galinhas, as galinhas vão fazê [fazer] assim... ((som com as unhas na mesa)). Só ficam as forrtchis [fortes]”. A partir do momento em que é feita a transcrição, as entrevistas poderão servir de fonte para outras pesquisas e a gravação deve ser guardada, pois é o documento original que se deve consultar. A autora observa que linguistas e sociólogos procuram publicar a transcrição o mais fielmente possível, com a máxima fidelidade à fala dos entrevistados, enquanto os historiadores se preocupam mais com a legibilidade e a inteligibilidade do discurso.

Para Aragaki *et al.*, “A entrevista é produzida a partir da combinação de variados elementos que podemos observar no encontro entre entrevistador/a e entrevistada/o: a) como se apresentam – nome, cargo, função, título, escolaridade, local de origem, etc.; b) o local em que a interação face a face acontece, bem como o seu contexto histórico e social; c) conforme o objeto e objetivos do estudo; d) as teorias e concepções prévias acerca do objeto de pesquisa e dos temas discutidos; e e) quais questões norteiam o discurso e como ele se desenvolve, incluindo os posicionamentos, as relações de poder e as materialidades” (2014: 57-58). Deste modo, para os autores, “a entrevista deve ser entendida como um processo dialógico em que ocorre negociação de pontos de vista e de versões sobre os assuntos e acontecimentos, e que vai posicionando ambos os participantes durante a sua interanimação”. Logo, alguns conceitos importantes para a concepção da entrevista são: “dialogia, reflexividade, relações de poder, interanimação dialógica, posicionamento, tempo curto (interação face a face), materialidades, repertórios linguísticos e gêneros de fala” (Aragaki *et al.*, 2014: 59). As materialidades, ou seja, os objetos existentes e ausentes no momento da realização da entrevista contribuem para facilitar ou dificultar a disponibilidade de fala do entrevistado. Por exemplo, o uso de um gravador ou a ausência de mesa ou cadeiras no local interfere na produção discursiva. Segundo Aragaki *et al.* (2014: 63), “As materialidades constituem o ambiente, ou seja, para além de serem simples objetos ‘neutros’, elas preformam um local que é, simultaneamente, físico, relacional e social, interferindo, por isso, na produção de afetos, sentimentos e pensamentos. São, portanto, coprodutoras de subjetividades e realidades”. No que diz respeito às relações de poder, para os autores, as entrevistas podem se circunscrever “em dois extremos: o inquérito e a conversa. O inquérito é um tipo de investigação cujo objetivo é apurar um ‘fato’, uma ‘realidade’, averiguar a veracidade do ocorrido ou dito. Nesse formato, as relações de poder são altamente hierarquizadas e assimétricas: uma pessoa tem a função de questionar, enquanto à outra cabe apenas responder” (Aragaki *et al.*, 2014: 65). Porém, as entrevistas, enquanto gênero de fala, devem aproximar-se das conversas quotidianas, pois é “uma forma de interação pautada pela dialogicidade e pela coconstrução de sentidos”, apesar de existirem diferenças entre conversa e entrevista, pois nesta “a centralidade está em entender aquilo que o interlocutor sabe, diz, pensa e/ou sente em relação a determinado assunto” (Aragaki *et al.*, 2014: 65). Neste sentido, defendem que a entrevista se assemelhe ao modo informal da interação conversacional: “mais fluídas” e “com o mínimo possível de exercício de poder verticalizado” (Aragaki *et al.*, 2014: 65).

Quanto ao local e contexto de realização da entrevista, esta deve ocorrer num espaço confortável para os seus intervenientes, com o máximo de isolamento acústico possível e com móveis confortáveis, ou seja, num ambiente agradável e adequado, procurando conforto físico mas também emocional. Ainda no que diz respeito ao guião da entrevista, este deve possibilitar a exploração e aprofundamento, garantindo enquadramento lógico que permita a continuidade da conversa, segundo Aragaki *et al.* (2014: 69). Por isso, “quando ocorrem situações em que planeamos perguntar algo mais adiante na entrevista, mas a pessoa começa a falar a respeito, temos optado entre duas possibilidades: 1) já

tratando sobre o assunto trazido espontaneamente pelo entrevistado (alterando a ordem pensada no roteiro) e depois voltando, se possível e necessário, à questão que estava sendo discutida anteriormente; 2) combinando com a pessoa para terminarmos de conversar sobre o que estava sendo abordado, abrindo à possibilidade de falar em seguida sobre o assunto que ela está introduzindo. Em nossas experiências ambas as maneiras têm reafirmado uma relação de respeito, confiança e de poderes mais horizontalizados” (Aragaki *et al.*, 2014: 69). Outra questão importante é, durante a entrevista, e estando o documentador atento ao que está a ser dito, quando surgirem palavras ou expressões desconhecidas, esperar pelo momento certo (se necessário, anotando num caderno), para, assim que possível, questionar o locutor sobre o seu significado, fazendo-o repetir a palavra, de modo a termos a certeza também sobre a sua realização fonética e forma gráfica. Pois, se assim não for feito, mais tarde, no momento da transcrição da entrevista, não compreenderemos e não saberemos como se escreve, por ser um populismo, regionalismo ou mesmo estrangeirismo. Desta forma, não teremos de voltar a contactar o entrevistado, o que por vezes é muito difícil se não impossível, para podermos saber o que foi dito e que não encontramos nas fontes lexicográficas nem no Google. Para Aragaki *et al.* (2014), também é importante avisarmos quando a entrevista está prestes a terminar, porque isso ajuda no processo de encerramento, podendo o documentador, no final, pedir um comentário sobre o modo como esta decorreu, o que poderá ser útil para melhorar todo o processo de recolha de informação.

No que respeita ao uso de “repertórios linguísticos” em pesquisas, Mary Jane Spink (2004) usa esta denominação ou simplesmente “repertórios”, partindo do conceito de Jonathan Potter e Margaret Wetherell (1987) de “repertórios interpretativos”, definidos como “dispositivos linguísticos utilizados para construir versões das ações, eventos e outros fenómenos” que possibilitem entender a dinâmica, a variabilidade e a polissemia das práticas discursivas (Spink, 2014: 229). Trata-se do conjunto dos “termos, as descrições, os lugares comuns e as figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de produção de sentidos (...) Além disso, analisá-los nos permite perceber como versões de realidade foram produzidas” (2014: 229). Spink *et al.* indicam que o conceito de “repertórios linguísticos está associado ao de linguagens sociais, definidas por Mikhael Bakhtin (1929/1995) como discursos peculiares a um estrato específico da sociedade – uma profissão, um grupo etário, etc. –, em um determinado contexto e momento histórico”, em que por exemplo o glossário é “um conjunto de repertórios linguísticos que circulam no contexto de uma determinada tradição linguística ou em linguagens sociais (Spink, 2014: 230). Assim, os “repertórios linguísticos existentes podem ser mantidos, substituídos (com mudança ou não do sentido atribuído), ganhar novos significados, cair em desuso e até mesmo desaparecer, como toda a produção histórica e social humana” (Spink, 2014: 230-231). Neste trabalho, interessa-nos, particularmente, o estudo de repertórios orais para entender a construção/re-lato de factos e realidades da migração madeirense e a conservação de palavras e expressões associadas a tradições regionais que podem ser mantidas, alteradas ou cair em desuso nos países de acolhimento. Concluímos que os reportórios dos relatos de histórias de vida são instrumentos fundamentais de pesquisa em várias áreas do saber.

3.1. A LÍNGUA FALADA NAS ENTREVISTAS

As diferentes partes da entrevista, destinadas à recolha de informações para a elaboração de histórias de vida, integradas nas “memórias das gentes que fazem a história da Madeira”, implicam o uso da língua falada, transmitindo muitas informações linguísticas que são inseparáveis da cultura, nomeadamente ao falarem sobre a família, as rotinas, a emigração, o(s) país(es) de acolhimento, as

ilhas e o(s) regresso(s). Contudo, o grupo de trabalho decidiu incluir, no guião da entrevista, depois de “o(s) país(es) de acolhimento”, a parte “instalação e adaptação” e a parte denominada “língua(s)”, com as seguintes questões:

“Falava/fala Português em casa ou a língua do país de acolhimento?”

“Se fala/falava Português, utilizava/utiliza palavras da nova língua? Quais?”

“Ainda usa palavras ou provérbios ouvidos na sua infância/juventude? Quais?”

“Guarda na memória algumas histórias ou cantigas dos tempos em que vivia na Madeira (infância/juventude)?”

“Transmitiu/transmite aos seus filhos/netos ou recebeu algumas dessas memórias/histórias da sua família ou da sua terra? Quais?”

“Os seus filhos/netos têm interesse pelas coisas da Madeira (língua, música, tradições, gastronomia, artesanato, arraiais madeirenses, etc.)?”

“No país de acolhimento, tinha/tem contactos próximos com a comunidade madeirense ou mais com a comunidade local?”

“Entre madeirenses e na comunidade local, tratavam-se/tratam-se pelos *apelidos* ou alcunhas?”

Estas perguntas específicas sobre a língua e vários aspetos relacionados com ela permitem-nos recolher mais informações linguísticas e culturais, designadamente sobre a língua falada em casa que terá grande impacto na transmissão ou não da Língua Portuguesa às novas gerações, sobre a consciência linguística das interferências sobretudo lexicais da língua do país de acolhimento no Português falado no quotidiano, levando a que os seus descendentes pensem que aquela palavra também existe ou é usada em Portugal ou na Madeira, quando utilizada juntamente com o Português na linguagem coloquial ou familiar. Pretendem ainda resgatar memórias de provérbios, palavras ou expressões e ditos populares ou regionais ouvidos na infância ou na juventude, na sua terra natal ou transmitidos pelos avós e pais, embora dificilmente estes surjam isoladamente, pois tendem a ocorrer espontaneamente nos atos de fala e em contextos específicos que os suscitam. Apela-se também ao facto de ter transmitido ou ter recebido histórias da sua família ou da sua terra, por serem memórias carregadas da riqueza expressiva do tempo e do espaço em que ocorreram e particularidades dialetais e socioculturais, por haver um maior envolvimento pessoal/emocional do narrador. Segue-se a questão sobre o interesse dos filhos e netos pelas coisas da Madeira, não só pela língua, mas também por todas as suas manifestações culturais ou tradições, como a música, a gastronomia, o artesanato e os arraiais madeirenses, realidades indissociáveis da língua. De seguida, é importante conhecer as redes sociais estabelecidas no país de acolhimento, mais próximas com a comunidade madeirense/portuguesa ou com a comunidade nativa local porque isso tem implicações na língua falada no quotidiano, bem como na vida sociocultural. Para finalizar esta parte, questiona-se ainda se, nestas redes sociais locais, as pessoas se tratam por “apelidos”, ou seja, alcunhas ou se ainda são conhecidos por elas, tal como era tradicional na Madeira.

3.2. A TRANSCRIÇÃO GRAFEMÁTICA DAS ENTREVISTAS

Depois de realizadas as entrevistas, com o respetivo registo e assinatura dos informantes, autorizando a divulgação dos dados, parcial ou totalmente, passa-se à fase da sua transcrição. A transcrição

grafemática ou ortográfica é necessária para podermos trabalhar os dados orais recolhidos, tanto históricos como linguísticos e socioculturais. No entanto, não é tão fácil como poderemos pensar passar da oralidade à escrita, dado que são registos da linguagem verbal com características muito diferentes.

Em “Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas”, Ramilo e Freitas (2002: 55) informam que existem duas regras básicas no domínio da transcrição do oral, que estão enunciadas em French (1991):

- (i) Don't type anything that isn't there.
- (ii) Do include everything that is there.

Todavia, “existe uma série de questões relativas à transcrição ortográfica” que assumem uma grande importância porque “podem condicionar todo o trabalho de análise feito posteriormente”, influenciando “no resultado final do projeto e no seu posterior aproveitamento” (Ramilo e Freitas, 2002: 56).

Os autores começam por abordar “o problema das pausas e da pontuação”, questão que tem levantado alguma polémica ao longo dos anos, sendo alvo de tratamentos muito diversos. Segundo Ramilo e Freitas (2002), um dos aspetos mais marcantes da língua oral é o facto de as pausas não corresponderem aos nossos hábitos de pontuação na escrita, por isso muitas vezes abdica-se da pontuação convencional. No entanto, optámos por pontuar os textos de uma maneira simples e intuitiva, com finalidade explicativa, utilizando os símbolos usados na ortografia, privilegiando a compreensão ou inteligibilidade dos textos, tendo em conta os objetivos do projeto. Portelli (1997: 28) escreve que “a fim de tornar a transcrição legível, é usualmente necessário inserir sinais de pontuação, sempre, mais ou menos, adição arbitrária do transcritor. A pontuação indica pausas distribuídas de acordo com regras gramaticais: cada sinal tem um lugar convencional, significação e comprimento. Estes quase nunca coincidem com os ritmos e pausas do sujeito falante, e, portanto, terminam por confinar o discurso dentro de regras gramaticais e lógicas não necessariamente seguidas por ele. A posição e o exato comprimento da pausa têm uma importante função no entendimento do significado do discurso, pausas gramaticais regulares tendem a organizar o que é dito em torno de um modelo referencial basicamente explicativo”.

Fica sempre a cargo do transcritor a delimitação das fronteiras fráscas, nomeadamente o ponto no contexto declarativo, o sinal de interrogação no contexto interrogativo, o ponto de exclamação em contexto exclamativo, a vírgula para uma pausa sintática breve e as reticências para outras pausas (de reformulações, hesitações, repetições, interrupções e frases inacabadas), podendo combinar-se diferentes sinais de pontuação, por exemplo: “Como era o nome do...?”. “As principais vantagens verificam-se ao nível da inteligibilidade, dada a proximidade com a ortografia vigente” (2002: 58). Posto isto, “Somente as pausas sintaticamente motivadas podem ser representadas por ponto final ou vírgula, havendo em todos os outros casos recurso a reticências” (2002: 58). Para garantir a uniformização na transcrição grafemática das entrevistas, foram definidas normas de transcrição o mais precisas e claras possível, o que é muito importante devido ao facto de existirem vários transcritores, permitindo a comparabilidade na análise dos dados orais. Outra questão importante foi dar conta da sobreposição de enunciados simultâneos da fala entre documentador(es) e locutor(es), optando por assinalar este fenómeno com um parêntese reto, no início da palavra, a partir da qual houve simultaneidade. Segue-se um quadro de síntese com as normas adotadas para a transcrição das entrevistas.

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Uso do ponto em contexto declarativo.	.	Ele emigrou em 1944.
Uso do sinal de interrogação em contexto interrogativo.	?	Ele emigrou em 1944?
Uso do ponto de exclamação em contexto exclamativo.	!	Ele emigrou em 1944!
Pausas sintáticas, incluindo a marcação do vocativo, ou seja, quando o nome próprio é um vocativo e não o sujeito da frase.	,	Teresa, diga-me uma coisa, que idade tinha quando emigrou?
Qualquer pausa não sintática, quando ocorre uma hesitação, repetição, reformulação e quando o locutor ou o documentador não terminam a frase.	...	Quando... fui para o Brasil... já tinha... quinze anos (pausas); A gen... a gente vai (hesitação); dos de... entre os de (reformulação); fizemos a comunhão sole... a comunhão solene (repetição); L- Quando ele foi... D- Em que ano?
O uso dos dois pontos introduz uma enumeração, descrição ou explicação.	:	Sobretudo quando a frase já vai longa com muitas vírgulas ...dos meus 3 filhos: o mais novo é médico, outro é artista...
Incompreensão de palavras ou segmentos.	()	do nives de rensa () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu.	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento de palavras por alteração discursiva.	/	A rapari/moça... Tinha termi/começado...
Pausas preenchidas	Ah, eh, mmh, ih, oh, uh, ahn, ehn, uhn, tá, né, ó [olha], etc.	Obs.: diferenciar eh (marcador ou interjeição) / é (verbo); né (marcador) / não é (verbo)
Discurso direto ou citações em modo de discurso direto, introduzido por dois pontos.	“entre aspas”	Ela disse: “Não te metas nisso!”
Entoação enfática	MAÍUSCULAS	...ela quer UMA solução, não qualquer solução.
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu)) ((ruído)) ((risos)) ((emoção)) ((choro)) etc.
Antes da fala do entrevistador = Documentador	D: (se houver mais de um: D e D2)	D: Bem... você trabalha? L: Trabalhei... D2: Cá... já não trabalha? L: Agora... já trabalhei muito!



Antes da fala do informante = Locutor	L: (se houver mais de um: L e L2)	L: Trabalho muito duro! L2: Muitas noites sem dormir. D: Quantos anos esteve nesse trabalho?
Sobreposição ou simultaneidade de vozes, como não podemos sobrepor as falas na escrita, usamos um sinal para ligar as linhas.	[]	L: Na casa da minha irmã... L2: [Sexta-feira... L: fazem LÁ. L2: [cozinham lá.
Transcrição das palavras contraídas, sincopadas ou com alterações fonéticas, tal como são pronunciadas, apresentado as formas completas ou normativas logo a seguir, entre parênteses retos.	[]	pra e pa [para] / prá [para a] / pao [para o]; qu'á [que a]/ qu'á [que há], qu'ê [que é], etc.; co [com o]/ ca [com a]/ cos [com os]/ comé [como é]; tá [está] / tou [estou] / tava [estava], etc.; vô [avô] / vó [avó]; ocê e cê [você]; dum [de um] / duma [de uma]; pruma e pra uma [para uma]; etc.
As formas verbais também são registadas como pronunciadas, com a forma corrigida entre parênteses retos, assinalando a itálico as alterações fonéticas.	[]	cantaru e cantarum [cantaram], fizerem e fizere [fizeram], ere [eram], dezio [diziam], ie [iam], semos [somos], tenhe [tenho], temes [temos], etc.
Colocar entre parênteses retos também a correção da posição dos clíticos e as concordâncias verbais, nominais e adjetivais.	[]	Quando/que/se/como/só/ainda/já/também/não/nunca levanta-se [se levanta], etc.; Era [eram] três dias de descanso; a gente comemos [come] todos juntos, etc.
Acrescentar algum elemento gramatical em falta na fala dos intervenientes.	[]	Começámos [a] correr; [O] meu pai e [a] minha mãe; etc.
Os elementos gramaticais desnecessários são assinalados entre barras oblíquas, por interferência de outra língua ou por confusão.	//	Fui /a/ trabalhar; aí /se/ passaram três anos (interferências do espanhol); a gente /se/ chegava-se (confusão na posição do clítico), etc.
Colocar em itálico os empréstimos, mas também as letras que marcam alterações fonéticas do dialeto madeirense ou de formas populares, assim como os regionalismos madeirenses lexicais e semânticos.	<i>itálico</i>	So [então], well [bem], etc.; Aquilhe [aquilo], proque [porque], petrol [petróleo], etc.; Baboseira [mimos], bilhardando [coscuvilhando], etc.
Quando existe a repetição consecutiva de preposições ou de artigos, simples ou em contração, não se coloca entre vírgulas.	Preposições com ou sem contração com artigos: a de da do das dos em na no nas nos num numa por pela	Foi a a mãe dele que fez... Fui à à escola até aos aos dez anos. Por por causa dele, agora estou pobre!

Se existir uma sobreposição ou simultaneidade de vozes e, entretanto, a frase for continuada, inicia-se a fala seguinte com letra minúscula.	Letra minúscula	L- No dia que ele foi... D- [Quando? L- para a Venezuela...
Dar conta das realizações fonéticas características do Português do Brasil.	Dji, tchi Brasiu, Portugau Três, páis	Djia para dia; tchia para tia, djinheiro para dinheiro importantchi para importante (palatalizações) Brasiu por Brasil, Portugau por Portugal (semivocalizações) Três por três, páis por paz (ditongações)
Nas formas lexicais terminadas em <i>-r</i> , este não é representado graficamente, quando não é pronunciado, assinalando a abertura e o fechamento das vogais finais da palavra com o respetivo acento gráfico.	á ê	Melhorá por melhorar, bebê por beber, á por ar, etc.

Quadro 1: Normas de transcrição das entrevistas

Salientamos a utilização de reticências, quando ocorre uma hesitação, repetição, reformulação e quando o locutor ou o documentador não terminam a frase. Se existir uma sobreposição de vozes e, entretanto, a frase for continuada, inicia-se com letra minúscula. Quando existe a repetição consecutiva de preposições ou de artigos, estes não são separados por vírgulas. Utilizamos algumas regras específicas para a transcrição das formas características da norma do Português do Brasil: a palatalização da consoante *d* e *t*, quando seguida de vogal palatal *i* ou *e*, por ex: **djia** por dia e **tchia** por tia, **djinheiro** por dinheiro e **importantchi** por importante; a semivocalização do *l* final de sílaba e de palavra, por ex: **Brasiu** por Brasil; a ditongação das vogais *e* e *a* tónicas com *i* nas palavras terminadas com *s* e *z*, por ex: **três** por três e **páiz** por paz; o *r* mudo nas palavras terminadas por esta consoante, que são registadas com acentuação na vogal final, por ex: **melhorá** por **melhorar** e **bebê** por **beber**, tal como são pronunciadas. Estas normas permitem-nos guardar não só todas as informações históricas, sociais e culturais, mas também toda a riqueza própria da oralidade para estudos de análise linguística, como:

a) **fenómenos da oralidade** - pausas (*Quando... fui para o Brasil... já tinha... quinze anos*); hesitações (*A gen... a gente vai...*); reformulações (*Dos de... entre os de...*); repetições (*Fizemos a comunhão sole... a comunhão solene*); truncamentos (*a rapari/moça...*); elisões de vogais (*p'la* por *pela*) e contrações de vogais (*foi cos* [com os] *pais pra* [para] *outra cidade*).

b) **traços dialetais da variedade madeirense** - palatalização da consoante *l* quando precedida de *i* ou *e* (*mobilha* por *mobília*); queda do /-S/ final, por exemplo *mai* por *mais*, ou semivocalização deste em “*ai nove horas*” por “*às nove horas*”; apagamento da vogal final -*u* (*isse* por *isso*) e ditongações (*buescar* por *buscar*).

c) **características do Português popular** - monotongações (*nã* por *não*); alterações vocálicas por assimilação (*açanar* por *acenar*) e por dissimilação (*piqueno* por *pequeno*); metáteses (*trocer* por *torcer*); introdução de vogais no meio da palavra para desfazer grupos consonânticos (*carapinteiro* por *carpinteiro*); síncope de vogais (*corgo* por *córrego*); prótese de vogais (*alembrrar* por *lembrar*); vogais paragógicas no final de palavras terminadas por consoante (*anele* por *anel*); nasalizações (*munte* por

muito) e desnasalizações (*home* por *homem*).

Além de todos estes fenómenos fonéticos, também nos permitem dar conta de vários **aspetos morfossintáticos**, como a falta de concordância verbal, nominal e adjetival (*eles era muntas*), a ausência de artigo definido antes do possessivo (*meu pai* por *o meu pai*) e a posição dos clíticos (*que disse-me* por *que me disse*). Permitem ainda assinalar **formas lexicais** que são regionalismos madeirenses (como *baboseira* por “mimo”) ou populismos (como *caminhar* por “partir”), destacando-as em itálico, e relevando a sua conservação e/ou adoção na fala dos nossos migrantes. Assim como as interferências da(s) língua(s) do(s) país(es) de acolhimento, sobretudo empréstimos do Inglês (*so* por *então* e *well* por *bem*), mas também de formas características do Português do Brasil (como *boteco* por *bar*), assinaladas a itálico, tal como as formas anteriores, evitando usar o negrito. E sublinhar alcunhas (*o Furna*), provérbios e expressões populares, por exemplo *lembra como ervas verdes*, que exprimem a sabedoria intemporal do povo madeirense.

Neste projeto, será realmente importante dar conta de todos estes aspetos linguísticos? Do meu ponto de vista, sim porque os aspetos linguísticos são verdadeiramente inseparáveis dos aspetos socioculturais de um povo ou de uma região. Mas também porque são muito importantes para vermos até que ponto os nossos emigrantes levam consigo e sobretudo conservam estes traços da sua língua e cultura. Mais ainda, permitem-nos fazer estudos descritivos e comparativos entre o Português falado atualmente na Madeira e na Nona Ilha. E, no futuro, daqui a umas décadas, permitirão conhecer e comparar o Português falado no arquipélago com o de hoje.

4. AMOSTRAS DE TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS

Aqui, apresentamos amostras de transcrições de entrevistas de quem ficou na ilha da Madeira à espera do marido que emigrou para o Brasil, de emigrantes da Madeira para o Brasil, de luso-madeirenses do Brasil e de mobilidades do Brasil para a Madeira.

4.1. Brasil, “terra dos esquecidos”: os que ficaram esquecidos na ilha

Trago-vos, aqui, o testemunho de quem ficou cá, na ilha da Madeira, à espera do marido que “se perdeu” no Brasil, deixando a mulher e três filhos com “fome envergonhada”. Trata-se de um excerto do relato de vida da sr^a. Filomena Gouveia da Terceira Lombada da Ponta Delgada, S. Vicente, com 97 anos e a antiga 2^a classe de escolaridade, recolhido no Centro de Dia de S. Martinho, no Funchal, em outubro de 2015, e transcrito pela autora deste trabalho:

Munte [muito] *passsei*, **mai** [mais] *mau que bom*. O meu **maride** [marido] **embarcoua** [embarcou] *pao* [para o] **Brasilhe** [Brasil], *eu fiquei com três filhes* [filhos]. Depois ele chegou lá, *arranjou uma mulher, deixou-me, nunca mais me escreveu nem soube de mim nem eu soube dele*. **Qande** [quando] *eu sabia que vinha uma pessoa do Brasilhe* [Brasil], *eu corria dum sítio pa* [para] **outre** [outro], *a perguntar se tinham o* [o tinham] **viste** [visto] *lá*. Eles diziam que não o tinham **viste** [visto]. Bem, **o** [ao] **cabe** [cabo] *duns vinte anos, ele escreve-me... manda* **dezer** [dizer] *que quer vir s'imbora* [embora] *pa* [para a] Madeira. Ao **cabe** [cabo] *de vinte anos... e eu tive um filhe* [filho] *na hora que ele caminhou* [partiu]. Ele só **vie** [viu] o **filhe** [filho] *na hora do banhe* [banho]. E eu fiquei com três **filhes** [filhos]. *Ele vendeu-me duas vacas de leite e terra em sete lugares e eu fiquei só com três filhes* [filhos]. *Sem nada, sem pai, sem mãe, sem irmãos, sem sogra, sem ninguém*. O meu travesseiro chegou a criar

beloro [bolor] *preto das minhas lágrimas. De dia cantava come* [como] *o rouxinol, pa* [para] *os vizinhos* [vizinhos] *nã* [não] *saber o que eu passava. De noite chorava, chorava. À hora de fazer comere* [comer], *acendia lume e ponha um tiçãozinho a fumigar* [fumegar] *pa* [para] *quòs* [que os] *vizinhos soubesse* [soubessem] *que eu tava* [estava] *cozende* [cozendo] *comere* [comer], *pa* [para] *qu'eles* [que eles] *não conhecesse* [conhecessem] *a pobreza* [em] *que eu tava* [estava].

O que eu passei... Eu chorava. Eu fazia uma fogueirinha pa [para] fazer fumo, pa [para] que os vizinhos soubesse [soubessem]... até uma vezinha [vizinha] de Ponta Delgada, que eu sou de Ponta Delgada, mas moro num sítio em cima... na Terceira Lombada. Sabe onde é a Fajã da Areia? Ficava por cima da Fajã da Areia. Mas... e uma vezinha [vizinha] perguntoua [perguntou]... eu fui a Ponta Delgada e uma senhora disse: “Olhe, parece que o marido da Sr^a. Filomena deixou [a deixou], ela come [como] é que vive com aqueles filhas [filhos]? E ela disse, a vezinha [vizinha] respondeu: “Olhe, eu nã [não] sei dezer [dizer], o que eu sei dezer [dizer] é que qande [quando] a minha cozinha fumega, a dela fumega também”. Já viu come [como] foi uma boa ideia?

Foi triste. O meu travesseiro chegou a criar beloro [bolor] preto [preto]... Eu nã [não] comia e eles coitadinhos, muita fominha passarem [passaram], que eu não podia dar mais. Até um dia eu fui a Ponta Delgada, e eu pedi um bolo, nessa altura havia bolos nas vendas, e eu pedi um bolo e um quilo de milho fiade [fiado]. E o vendeiro disse assim, o nome do vendeiro era senhor João Monte. Eu disse: “Senhor João, vai-me fiar um quillo [quilo] de milho e um bolo que eu domingo trago-lhe o dinheiro”. E ele disse: “Sim, senhora Filomena, leve o que quiser”. “Senhor João, eu fico muito obrigada, mas eu levo o bolo e o quillo [quilo] de milho e no domingo trago-lhe o dinheiro e se eu levo mais não posso pagar”. “Não faz mal”. “Mas eu não gosto!”. Quer dizer, podia comer fiade [fiado], mas tinha que pagar. E eu depois como era que pagava? Era fome [fome]. Aguinha fervida só com hortala [hortelã], umas folhinhas de alho, beber de chávena. Nem sequer tempero levava que eu não tinha que deitasse na panela. Ah, fominha!

Começamos por destacar algumas particularidades da variedade madeirense da Língua Portuguesa: a palatalização do /l/, quando precedido de /i/, por exemplo: *Brasilhe* por *Brasil* e *quillo* por *quilo*, assim como a queda do -s final em *mai* por *mais*; a ditongação da terminação verbal em *embarcoua* por *embarcou* e *perguntoua* por *perguntou* e o apagamento da vogal final /u/ em *outr*, *munte*, *qande*, *filhe*, *fiade*, *prete*, *filhas*, *banhe*, *maride*, *come*, *vie* (viu). No que diz respeito aos traços do Português popular, característicos das camadas menos escolarizadas da população (socioeconomicamente desfavorecidas), podemos mencionar a falta de concordância verbal (*soubesse* por *soubessem* e *conhecesse* por *conhecessem*) e a terminação verbal da terceira pessoa do plural, no pretérito perfeito (*passarem* em vez de *passaram*). Como sistematiza Bazenga (2016), no âmbito da sintaxe, a construção impessoal *a gente* por *nós* é corrente na Madeira, aproximando o Português popular do Português do Brasil. A autora diz-nos que outras construções sintáticas não-padrão foram observadas em estudos recentes realizados com dados do “CORDIAL-SIN” (projeto do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), nomeadamente o uso das construções aspetuais com gerúndio, por exemplo: “toda a gente estava desejando de chegar ao Natal, que era para comer massa e arroz e um bocadinho de carne”, que ocorre na Madeira, nos Açores e no Sul de Portugal; o uso do possessivo pré-nominal sem artigo com nomes de parentesco: “meu pai tinha era gado”, presente na Madeira e nos Açores; assim como o uso da construção impessoal existencial com *ter* (“aqui tinha um moinho de vento”, em vez do verbo *haver*), apenas atestada na Madeira e que é frequente no Brasil. Para Horácio Bento Gouveia (1952), o verbo *haver*, “irmão gémeo de *ter*”, quanto ao aspeto semântico, raramente se usa na Madeira, afirmando que *ter* “traduz mais energia, mais força do que *haver*”, e acrescenta que “O expressivo domina no campo da língua oral e escrita”. Estes traços linguísticos foram confirmados por Bazenga (2010 e 2011), com dados dos falantes madeirenses urbanos do *Corpus Sociolinguístico do Funchal*

(CSF), que mostram que a variedade urbana insular se distingue claramente das variedades continentais do Português Europeu (PE) em fenómenos de variação linguística como a variável da concordância de terceira pessoa do plural (3pp) com uso de variantes não-padrão: *andem* por *andam*, *moravo* por *moravam* e *era* por *eram*, predominando a variante de 3pp *-em*, produzida por falantes iletrados ou pouco escolarizados, mais velhos e do sexo feminino, na comunidade de fala urbana do Funchal. Bazenga (2016: 222-224) considera este último traço linguístico um indicador de localidade e de classe social, acrescentando que é um traço típico de “madeirensidade”, por ser uma variante não atestada em variedades do PE continental até agora estudadas, e de “popular”, ou grupo social, de variedade falada “marcada por usos de formas linguísticas não prestigiadas”. Termina dizendo que “funciona como índice ou indicador de um sentimento de pertença a um território”, concluindo que, em comunidades de fala marcadas pela insularidade, a mudança linguística pode ser mais lenta, “observando-se uma tendência para preservar as formas fortes e identitárias”.

Outros traços populares são fenómenos fonéticos como: alterações vocálicas por assimilação e dissimilação (*beloro* por *bolor*, *dezer* por *dizer*, *vezinha* por *vizinha*, *hortalã* por *hortelã*); a apócope de vogais em palavras terminadas por consoante (*comere* por *comer*, *beloro* por *belor*); formas diminutivas como *fominha* por *fome* e a realização fonética de *fôme* por *fome*, que será uma forma antiga da Língua Portuguesa, conservada junto da população rural mais isolada e menos escolarizada, como acontece com a forma *chomar* por *chamar* e *pessaua* por *pessoa*. Segundo Horácio Bento Gouveia (1960: 3-4), “A palavra falada, porque faz parte da expressão viva, só tem existência no grupo das outras que a acompanham e formam o juízo. Pelo que possui muito interesse linguístico o diálogo surpreendido entre personagens rurais, transplantado depois para o romance ou novela. (...) De contrário, falsear-se-ia uma faceta vivíssima do idioma se, em vez da fala natural do povo rústico, o escritor a acepilhasse e a escrevesse com a correção da pronúncia peculiar do habitante da cidade. Depois que a estrada, vai para trinta anos, sucedendo ao vapor de cabotagem, se tornou o irradiante veículo da condução da cidade nas freguesias do Norte, a gente da Ponta Delgada, com exceção do planalto das Lombadas, começou a limar a linguagem que foi perdendo o seu pitoresco nas formas expressivas. É por isso que o seu aspeto tem vindo a estreitar-se numa parte baixa do povoado e a concentrar-se nos subúrbios e nos sítios serranos. (...) - Cuma vai a família. - a familhinha vai baua? Assim como na evolução do latim para o português, o *l* em contacto com o *i* se palataliza: filha = filho; também no falar do povo se dá o mesmo fenómeno: família, familinha = familhinha. A vizinha Emília do Lanço tem ua mobilha nova. Emília = Emilha; mobília = mobilha. (...) Quando o *e* final, postónico, é nasal perde a nasalação. Também foi de boa linguagem medieval”. João da Cruz Nunes (1965: 13), ao escrever sobre o estado atual dos falares madeirenses, diz-nos: “É entre as pessoas mais idosas que se notam ainda as características mais significativas destes falares. Com o desaparecimento progressivo dos usos e costumes mais típicos, vai-se processando também a modificação de certos particularismos linguísticos que definem estas regiões. Os meios de comunicação, a rádio, a influência estrangeira, através da emigração, e os contactos culturais, concorrem para a alteração e uniformização dos falares. As facilidades provenientes dum maior desafogo económico originaram um afastamento sistemático dos trabalhos agrícolas e um conseqüente esquecimento dos vocábulos e expressões mais intimamente ligados com a vida dos campos. Até mesmo no aspecto etnográfico, vão desaparecendo certos modos de vida e de trabalho, substituídos por outros, mais cómodos e mais rendáveis”.

Sousa (1995: 12), no seu estudo sobre os “Camponeses do Oeste da Madeira”, escreve que “Foi nessa zona planáltica da ilha e de grandes lombadas que melhor se consolidaram usos e costumes com forte tradição, estabelecendo uma continuidade de muito longa duração”. Fala-nos da pobreza da casa dos lavradores, das suas tarefas, roupas e alimentação. No que se refere a esta, encontramos uma

extensa descrição dos alimentos, utensílios e tradições dos camponeses como a sopa, a batata-doce e a batata ou semilha, o inhame, as papas de cereais, o feijão cozido na vagem e as maçarocas, comidos numa ceira de vimes e num alguidar de barro, sobretudo a sopa de couve com carne de porco (feita num panelão de ferro), do pão de rolo cozido na pedra do lar, chamado “bolo do lar”, especialmente no Entrudo, tal como as malassadas, e do cuscuz (de origem mourisca). Estes elementos socioculturais e linguísticos surgem nas memórias de infância dos nossos emigrantes idosos, usando palavras e expressões antigas muito ricas e características da ruralidade madeirense. O autor declara que “A quase perenidade do modo de vida dos camponeses só viria a ser alterada, profundamente, com as transformações económicas e sociais no nosso século. Uma rápida mobilidade social irá permitir-lhes o abandono dos campos e casas ancestrais (...) pelos países acolhedores de imigrantes e suas apetecidas cidades e arrabaldes, impondo-se, rapidamente, aceleradas pelos transportes e comunicações, novas formas de civilização material e utilização de recursos, novas soluções para o imperioso problema de subsistência e novas formas de cultura, relegando para o saudosismo e o rigor estudioso de museus e arquivos muitos dos vestígios que ainda há bem pouco tempo eram expressão duma vida em plena atividade (...) Por outro lado, há uma ligação familiar entre as gerações atuais e os nossos antepassados, muitos dos quais são camponeses ou, pelo menos, lavradores” (Sousa, 1995: 17).

Já Branco (1983: 635), ao escrever sobre “Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira (Esboço de problemática)”, afirma que a ruralidade caracterizou o arquipélago desde o início da sua ocupação, no século XV, para depois falar do “violento e irreversível processo de transformações que hoje desagregam esse quotidiano rural”. Menciona o método “palavras e coisas” da escola alemã *Worter und Sachen*, com orientação linguístico-etnográfica, que, na sua incansável recolha de campo, produziu estudos sobre a Madeira e Porto Santo. Refere também uma outra fonte, a chamada literatura de viagens, numa perspetiva vista de cima, que “não contribuem para a construção de uma perspetiva histórica apoiada na realidade quotidiana dos «de baixo»” (Branco, 1983: 636). O autor concebe a etnografia “como parte integrante e materializada dum quotidiano social”, consubstanciado na língua. Acrescenta que o seu estudo insere-se no contexto “daquilo a que a vasta bibliografia internacional integra na «história a partir de baixo»”. Trata-se de “reconstituições de quotidianos”, centrando a sua atenção na documentação (res)guardada em arquivos, visto ela resultar de determinada leitura ideológica («de cima»), mas também, e sobretudo, no *trabalho de campo*” (Branco, 1983: 636-637). Explicita que “As realidades sociais que nos envolvem carecem de uma abordagem complexa, mas clara na sua finalidade. Interessa tentar reconstruir quotidianos passados – a tradição –, apoiando-nos nos elementos atuais – a persistência –, porque partindo do princípio de que as situações presentes resultam de uma dinâmica com carácter histórico” (Branco, 1983: 637). O autor refere-se à vivência anónima dos camponeses e de todos aqueles que viviam ligados à atividade agrícola e que não tiveram papel de relevo na “memória documental”, afirmando “Temos, por consequência, de inverter os dados existentes, a fim de assim penetrarmos nessa outra grande e obscura realidade. Pela dimensão etnográfica reencontraremos as estruturas desse quotidiano passado e, nalguns casos pontuais, ainda presente na prática diária ou na memória dos indivíduos mais idosos. A força das circunstâncias obriga-nos a explorar esse veículo de transmissão – enquanto for tempo” (Branco, 1983: 637). Veicula que foi na segunda metade do século XIX que foram introduzidos elementos de inovação, alterando o quotidiano tradicional agrário e iniciando a desagregação da sociedade rural, entre outras causas devido à movimentação de mão-de-obra no mercado internacional e respetivo surto de emigração, na sequência de uma crise social no período de fome (1847-50). Sublinha a articulação do quotidiano rural com o ciclo anual do cultivo dos cereais (trigo, cevada e centeio), nas chamadas “terras de pão” (Branco, 1983: 639). Descreve os elementos etnográficos desse quotidiano, que nós

também pretendemos recolher no projeto Nona Ilha, através das memórias da infância e da juventude dos nossos emigrantes e, neste caso, através do relato de vida da sr^a. Filomena, cujo marido emigrou para o Brasil, com o objetivo de melhorar as condições de vida da família, acabando por abandoná-la à miséria na ilha da Madeira.

Neste sentido, Branco (1987) faz uma recolha sistemática de dados e informações com o objetivo de reunir elementos para a reconstituição do quotidiano passado, a partir das pistas e dos conselhos dados por gente idosa, no âmbito rural. Procura, assim, apresentar esta realidade na perspetiva dos que estão em baixo na sociedade, documentando a experiência desses que se teimava em deixar fora da História. Informa que um dos fatores que vieram alterar a tradição etnográfica, uma das bases do funcionamento económico do mundo rural insular, foi o “contrato de colónia” dos colonos com o senhorio, pois o uso da terra baseava-se num facto social: “De um lado estavam pessoas que eram proprietários da terra, do outro existia uma maioria que, na prática, via o seu acesso à propriedade limitado” (1987: 155). Refere que os morgados, proprietários das terras, residiam na cidade, estando completamente desligados da realidade agrícola, mas vivendo à custa dos pobres lavradores, que, quando surgem os arrendatários como intermediários, passam a ser ainda mais explorados e se não podiam pagar o arrendamento, mesmo se devido a más colheitas, ficavam sem as bemfeitorias, sendo “mais uma razão para o camponês encarar a emigração como a única saída ao seu alcance” (Branco, 1987: 168). A outra razão eram as crises de fome na Madeira e no Porto Santo. O autor escreve que “Quando rebenta a crise de fome, as autoridades veem nela a causa da emigração, porque os colonos abandonam em massa as terras”. Os governos tentam travar este êxodo com medidas de assistência alimentar, mas muitos fugiam das ilhas através de engajadores que promoviam a emigração clandestina. O regresso de alguns emigrantes, que investem as economias conseguidas durante o período de emigração em terras e casas na sua terra natal, também contribui para a desagregação das sociedades rurais tradicionais. Branco (1987: 201) explica que “É interessante verificar como apesar da grande maioria dos emigrantes ter levado uma vida bastante difícil e modesta nos locais de acolhimento, de forma a nunca mais poder regressar à sua terra, um número considerável voltou, trazendo poupanças que aplicou na aquisição de ouro e joias, mas fundamentalmente na concretização do grande sonho – libertar-se da condição secular de colono. Para isso, compraram uma modesta parcela de terra, muitas vezes ao próprio senhorio; outros abandonaram a agricultura, estabelecendo-se na cidade por conta própria ou de outrem, que era o que se passava na maioria dos casos (...) Ao serem canalizados para este mercado de trabalho no exterior, tornou-se possível um certo desbloqueamento e uma resolução parcial da questão camponesa, sem que se verificasse uma transformação radical ou mesmo violenta das condições sociais vigentes”. Esta recolha é muito importante também do ponto de vista linguístico e sociocultural. A transcrição do relato de vida da sr^a. Filomena, juntamente com as transcrições das entrevistas dos madeirenses que emigraram, permite-nos conhecer algumas particularidades da sua fala, registo que será fundamental em termos comparativos, não só no presente mas também para estudos futuros. Por isso, é imprescindível dar conta de toda a riqueza da língua falada pelos nossos entrevistados.

4.2. MOBILIDADE MADEIRA/BRASIL

Excerto da entrevista nº 7, a Marcos Teixeira, madeirense emigrado no Brasil e na Venezuela, natural do Seixal, com 69 anos e a antiga 4^a classe. Entrevista realizada por Graça Alves, em fevereiro de 2013, no CEHA, transcrita por Miguel Serrão e revista por Xavier Marujo:

L: Sou duma [de uma] **familha** [família]... pertenço a uma **família** [família] que, nem era rica nem era pobre, digo isto porquê? Eu não me lembro de passar fome, isso quer dizer que eh... [o] meu pai emigrou tendo eu dois anos, eh... a nossa **família** [família] era constituída por, claro, a minha mãe, [o] **mê** [meu] pai e três eh... três filhos. /Que/ eu sou o o do meio... eu sou o do meio, sim. Tenho uma irmã mais velha e um irmão mais novo. (...) Pronto, sendo eu bom estudante eh, [o] meu pai que estava na Venezuela, eh mandou dizer à minha mãe se eu queria continuar a estudar ó [ou] queria ir para o **Brasilhe** [Brasil], porque ele estando na Venezuela tinha **tenções** [intenções] de ir para o **Brasilhe** [Brasil] porque tinha lá muita **família** [família], seus irmãos e tudo e pensava, depois, levar-nos todos para o **Brasilhe** [Brasil]. ... Eh... Imagina-se [a] minha mãe **perguntando-me /a mim/** se eu queria /para/ viajar ou [se] queria **seguir** [continuar] **estudando**... eu era bom estudante mas não gostava de estudar.

É verdade que lembro-me [me lembro] dalgumas coisas. Com aqueles balanços todos, houve um dia que o mar tava [estava] mau [e] senti-me mal, desmaiei/-me/ tava [estava] assim, lembro-me que estava assim a ver o mar e desmaiei/-me/... fo... levaram-me para a enfermaria (...) inferior a mim, ou seja, eu não gosto desse eh desse eh **término** [termo] assim de ser inferior. Depois que [o] meu pai foi para [a] Venezuela, eh depois mandou-me a tal coisa, mandou-me outra vez perguntar lá se eu queria ir para [a] Venezuela...

A minha mãe também fazia em casa umas... lembro-me umas **cocadas, chamava-se [chamavam-se] lá cocadjinhas** [cocadinhas], **cocadjinhas** [cocadinhas] **do Brasilhe** [Brasil] e ela tinha muito jeito de fazer. ... Eu ia vender na nas fábricas que havia lá perto... eh da nossa casa... e ia lá, já já falava **brasileiro** [brasileiro], aquele sotaque **brasileiro** [brasileiro], tinha na altura treze anos e meio, uma coisa assim, quase catorze **ianos** [anos], eh e ia vender as **cocadinhas** que a minha mãe fazia, vendia tudo... tudo.

Neste excerto da fala do entrevistado, a nível fonético, encontramos a palatalização do /l/, quando precedido da vogal palatal /i/, característica da variedade da fala madeirense, em *familha* por *família*, a par da variante *família*, também com palatalização. Esta ocorre também nas palavras *Brasilhe* por *Brasil* e *brasileiro* por *brasileiro*. Outros traços linguísticos, neste caso morfossintáticos, comuns ao Brasil, que também caracterizam o Português falado na Madeira, como já vimos (cf. Bazenga, 2016), é a ausência do artigo antes do possessivo com nome de parentesco e o uso do gerúndio: “imagina-se [a] minha mãe **perguntando-me** (...) se queria **seguir** [continuar] **estudando**” (o verbo *seguir* por *continuar* parece ser influência da língua espanhola da Venezuela). Quanto às características da fala do Português do Brasil, temos a palatalização do /d/, quando seguido de /i/, como por exemplo em *cocadjinhas* por *cocadinhas*. Porém, dada a complexidade da fala, ou seja, da linguagem oral que permite a realização fonética de diversas variantes de uma mesma palavra, ocorre também a forma “cocadinhas que a minha mãe fazia”, sem a palatalização da consoante, como no Português Europeu. Aqui, observamos o que Portelli (1997) nos diz sobre a linguagem falada, que o dialeto surge quando há um envolvimento mais pessoal ou emocional do eu no relato autobiográfico. Neste caso, talvez a referência à mãe tenha levado o entrevistado a usar a forma fonética da norma da língua falada na sua infância. A nível morfossintático, registámos as seguintes marcas: ausência de concordância em “chamava-se lá cocadjinhas” por “chamavam-se lá cocadjinhas” e “meu pai” em vez de “o meu pai”, ou seja, ausência do artigo definido antes do determinante possessivo, característica do Português do Brasil, mas também da ilha da Madeira, como já referimos (cf. Bazenga, 2016). A falta do artigo definido *a*, antes do nome *Venezuela*, tal como a forma *término*, em vez de *termo*, parecem ser interferências do espanhol da Venezuela, embora, na Madeira, se ouça, muitas vezes, “foi para Venezuela” por “foi para a Venezuela”.

4.3. LUSO-MADEIRENSE DO BRASIL

Excerto da entrevista nº 23, a Maria Sardinha, luso-descendente natural de S. Paulo, Brasil, com 51 anos e ensino médio. Entrevista realizada por Graça Alves, em setembro de 2015, no CEHA, transcrita por Paulo Vieira e revista por Xavier Marujo:

L: É é... não sei bem **explicá** [explicar], e a minha mãe **semprí** [sempre] contava **qui** [que] o filho nasceu cinco meses depois que ele chegou, quatro meses que ela veio grávida, né [não é]... Então, não sei [se] era **especiau** [especial], mas não... eu só **tchivi** [tive] a noção **qui** [que] era um território mesmo, no oceano, quando fui na minha primeira aula **di** [de] história **qui** [que]... (...) **eli** [ele] chegou a dormir num **caixotchi** [caixote], dentro de um **caixotchi** [caixote], quando o meu pai **vendjia** [vendia] carvão e a minha mãe falava **qui** [que], quando começou a aparecer os **dentchinhos** [dentinhos] **deli** [dele], dava prá [para] ver o **dentchinho** [dentinho] branco **deli** [dele], porque acho que o **caixotchi** [caixote] também era do carvão, né [não é]... e trabalhava com carvão, então meu irmão ((risos)) parecia **um... um...**

D: [Um carvão! ((rindo))]

L: **carvãozinho**, né [não é]... e com os **dentchinhos** [dentinhos] branquinhos. Então, o meu pai trabalhou... [o] meu pai morou primeiro com **essi** [esse] irmão **Manueu** [Manuel], **eli** [ele] já **tchinha** [tinha] **essi** [esse] comércio, né [não é]... no/do meu **tchio** [tio], **qui** [que] era **qui** [que] era **deli** [dele], mas era num prédio do meu **tchio** [tio] e depois **eli** [ele] trabalhou vendendo pão...

Neste excerto da entrevista de Maria Sardinha, responsável pelo grupo de folclore da Casa da Madeira em S. Paulo, no Brasil, podemos ver também a palatalização característica do Português do Brasil (PB), neste caso do /t/, quando seguido de /i/: *dentchinhos* por *dentinhos*, *caixotchi* por *caixote*, *tchivi* por *tive*, *tchinha* por *tinha*, *tchio* por *tio*, a par da palatalização do /d/ - *vendjia* por *vendia*. Outras características do PB são as formas verbais do infinitivo sem articulação da consoante final e e com abertura da vogal final – *explicá* por *explicar*, tal como a semivocalização da consoante final /l/, em *especiau* por *especial* e *Manueu* por *Manuel*. São frequentes também as palavras com realização fonética terminada em [i], quando grafadas <e>: *qui* por *que*, *di* por *de*, *eli* por *ele*, *deli* por *dele*, *caixotchi* por *caixote* e *essi* por *esse*. No caso do PB, será importante dar conta, na transcrição das entrevistas, de todas as suas particularidades, na fala dos informantes? Seria um pouco estranho, fazê-lo para os outros entrevistados e não o fazer nos casos em que os nossos emigrantes de primeira, segunda e terceira gerações já falam “brasileiro”. Porquê? Porque, se assim não fosse, parecia que falavam Português Europeu (PE), com algumas formas “brasileiras”, mas tem o inconveniente de se afastar da grafia convencional. Porém, não parece dificultar a inteligibilidade do discurso na escrita, acontecendo o mesmo na transcrição das entrevistas dos imigrantes brasileiros residentes na Madeira.

4.4. MOBILIDADE BRASIL/MADEIRA

Excerto da entrevista nº 80, a João Silva (nome fictício porque o entrevistado pediu para não divulgar o seu nome), imigrante brasileiro na Madeira, natural de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, com 36 anos e três licenciaturas. Entrevista realizada em junho de 2016, por Graça Alves, no CEHA, transcrita por Xavier Marujo e revista por Naidea Nunes:

“L- Bom! Vou tentá [tentar] fazé [fazer] um résumo [resumo]... *brevi* [breve]. (...) Eh, nasci em setenta e novi [nove], sou filho *dji* [de] *políciau* [policial], nasci na região *norrdesti* [nordeste] no

Brasiu [Brasil]... Enfim,... para além [de] sê [ser] uma régião [região],... eh... pouco desenvolvida em rélação [relação] ao restanti [restante] do Brasiu [Brasil] (...) o grupo qui [que] acedjia [acedia] às instituições públicas, principalmente na minha cidadji [cidade], existem duas instituições respeitada [respeitadas], qui [que] é [são]: a Universidadji [Universidade] Federau [Federal] di [de] Ceará, ondji [onde] fiz o utchimo [ultimo] não, mas o...o... enfim, o derradeiro curso, vai ((rindo)) ainda tou [estou] a fazer outro aqui, mas enfim, fiz Direito lá e a Universidadji [Universidade] Estaduau [Estadual], não é, o... o ingresso nessas instituições réquer [requer] um... uma preparação... (...) o fato de ter entrado na universidadji [universidade], ainda na adolescência, mi [me] imputou um nível di [de] leitura abésurdo [absurdo]. [O] Meu pai nunca mi [me] dá [deu] presentchis [presentes] di [de] criança, nem dji [de] adolescentchi [adolescente], sempre fo... foram livros. Eu conheci o Capitaui [Capital] / eu/ tchinha [tinha] quinzi [quinze] anos... e eu queria falá [falar] sobri [sobre]... primeiro qui [que] eu não entendji [entendi] aquilo (...) Quinzi [quinze] anos, o que é o capitaui [capital]? Quem é Marxi [Marx]? Via nas roupas dos dos garotos, lá dos gajos... e dos miúdos, e eu dizia: “Nossa!”. Até eu percebê [perceber] qui [que] Veber [e] qui [que] Marxi [Marx] não eram uma griffe [marca] di [de] roupas levou um tempo, né [não é]? (...) vou conversá [conversar] com auguém [alguém] qui [que] estudou comunicação e aí vamos falá [falar] sobri [sobre] [a] história da comunicação, à [a] mim não dói nada, [é a] mesma coisa qui [que] está [estar] sentado no café [café], tomando um café [café] ou bilharrdando [falando] sobri [sobre] um colega ali. Porrqui [porque] o meu proféssô [professor] di [de] história da comunicação lecionou pra [para] mim ao pé dji [de] uma árvori [arvore] qui [que] tchinha [tinha] lá, tócando [tocando] violão... entendji [entende]? (...) Porqui [porque] eli [ele] fala da arquitetura com adornno [adorno], não sei o quê? Eu... eu estava a ver aquilho [aquilo] e tentava permiti [permitir] a minha imaginação, mas eu não tchinha olhamento [olhar] comparatchivo [comparativo]. (...) e essa minha proféssora [professora] entra na instituição pra [para] administrá [lecionar] sociologia, não!... E quando ela apresenta o currículo dela, ela di... nunca vou esquecê [esquecer] daqueli [daquele] momento, foi paixão, ódio, révouta [revolta]... (...) Quando eu chego aqui, aí... segurei [guardei] pra [para] mim aqui no tempo, pra [para] podê [poder] dá [dar] um sauto [salto] aqui no século vintchi [vinte] e um, e e na Madeira. (...) Não obestantchi [obstante], como eu já queria confrontá-la, porqui [porque] eu dissi [disse]: “Eu espero qui nessi [nesse] semestri [semestre], eu tou [estou] crescendo, eu tinha... se eu consigo questioná-la é porqui [porque] /eu/ tou [estou] evoluindo d’alguma [de alguma] forrma [forma]”. (...) resolvi fazê [fazer] a póis [pós] em teoria di [de] massas e achei bem interessantchi [interessante] também, que isso mi [me] deu uma percepção [percepção] dji [de] multidões e pontos dji [de] vista e teorias em diverssas [diversas]... e mais um avanço rumo à psicologia, não é? (...) E aí! Ainda não é?... Aí, vou falá [falar] com o meu pai, [o] meu pai chega pra [para] mim e diz assim: “Sim, então? Você vai fazê [fazer] o quê? Já está aí quasi [quase] com vintchi [vinte] e setchi [sete] anos e nada? (...) Sim, porrqui [porque], quando você já é aprovado no currso [curso] dji [de] Djireito, você já diz assim: “Eu já sou adévogado [advogado]”, né [não é]? No primeiro djia [dia] di [de] aula... (...) no primeiro djia [dia] di [de] aula, você já é adjévogado [advogado]... (...) Eu levava os livros assim, tchinha [tinha], não! Tchinha [tinha] uma blusa negra, qui [que] a gent/nóis [nós] usávamos assim, Universidadji [Universidade] Federau [Federal] dji [de] Direito, e aí o meu pai ficava, vixe [meu Deus!], inflamado... (...) [A] Minha mãe sempri [sempre], sempri [sempre], sempri [sempre] do meu lado (...) “Gentchi [meu Deus] eu vou pra [para] Paris!” ((rindo)). (...) “Gentchi [meu Deus], ela fala tanto dessa ilha da Mádera [Madeira]!” (...) “Gentchi [Pessoal], aqui não é pra [para] ganhá [ganhar] djinhero [dinheiro]”... (...) a gentchi [gente] fazia questão dji [de] está [estar] com ela e, mesmo em casa, quando ela precisava dji [de] i [ir] ao toiletche [toilete/casa de banho] (...) Mi deram [deram-me] o prémio e fomos, tava [estava] tudo pago, quinzi [quinze] djias [dias], ficámos lá... e aí, nossa! Ela se formou [formou-se] enfermeira dji [de] aeronáutica (...) Nunca tchinha o [o tinha] visto na vida (...)

gravuras (...) eu dei vida a ela [dei-lhe vida] nas minhas letras (...) Foi a primera [primeira] veiz [vez] qu'eu [que eu] botei [pus] os pés na Europa... (...) Pégou numa [escolheu uma] pêssoa [pessoa] qui [que] *tchinha* [tinha]... (...) *devi* [deve] tê [ter] pégado [pegado/usado] as folhinhas qui [que] dão... (...) A ségurança [segurança] prá [para] pégá [pegar/tirar] o *djinhêro* [dinheiro] no [na] caixa *vintchi* [vinte] e quatro horas (...) não *podí* [pode] mais pégá [pegar/ir buscar] o *téléfoni* [telefone] e *ligá* [ligar] (...) *fizessimos* [fizessesmos] *redação* [redações] *obeservando* [observando] (...) *Réspeito* [respeito] *abésoluto* [absoluto]... (...) *Aí*, *primero* [primeiro] tem uma sala *dji* [de] *bate papo* [conversa] (...) *mi* [me] *pirmita* [permita] uma *colocação* [pergunta]!? (...) Fui *expuuso* [expulso] várias *vezis* [vezes] dos *presídios* [prisões]. (...) *coloca* um *bacará* [objeto de valor] dentro *dji* [de] uma máquina *dji* [de] *lavá* [lavar] (...) *Cadê* [onde está] o povo daqui? (...) E *principaumentchi* [principalmente] qui [que] *eli* [ele] tem uma *família* [família] *dji* [de] origem (...) *aquilho* [aquilo] *mi* [me] dá [dá-me] um *orrgulho* [orgulho], *tê* [ter], *sabi* [sabe]? (...) eu queria *está* [estar] a *convivê* [conviver] com a minha *família* [família]”.

A transcrição de uma entrevista que dê conta de todas as características da fala do PB é muito difícil porque, como sabemos, as vogais átonas são pronunciadas abertas, enquanto algumas vogais tónicas, que no PE são abertas, no PB são fechadas, como fenômeno, etc. Além disso, como as consoantes finais *-r* não são pronunciadas, temos de transcrever á por *ar*, assinalando logo de seguida [ar], para a palavra ser perceptível e o discurso inteligível, não podendo confundir-se com a preposição contraída com o artigo à, que, por sua vez, não deverá ser confundida com a vogal aberta á por *a*, por exemplo *Á* Madeira por *A* Madeira. O mesmo acontece no caso da forma verbal *qué* por *quer*, que não se pode confundir na transcrição com a contração de vogais em *qu'ê* [que é], porque o *-r* final não é pronunciado, tanto nesta forma como no infinitivo. Temos ainda de dar conta da diferença de pronúncia de consoantes mudas no PE que são pronunciadas no PB, por exemplo *aspecto* e *percepção* por *aspeto* e *perceção*, e do contrário, de consoantes que são mudas no PB e são pronunciadas no PE, como *fato* e *facto*.

Neste excerto, podemos encontrar muitos traços característicos do PB, por exemplo, na fonética: *dji* por *de*, *cidadji* por *cidade*, *djireito* por *direito* e *tchinha* por *tinha*, *gentchi* por *gente*, *uutchimo* por último (palatalização das consoantes *d* e *t*, quando seguidas das vogais palatais *i* e *e*); *abesurdo* por *ab-surdo*, *obestantchi* por *obstante*, *adjévogado* por *advogado*, *abésoluto* por *absoluto*, *obeservando* por *ob-servando* (introdução de uma vogal entre duas consoantes para desfazer o grupo consonântico); *Bra-siu* por *Brasil*, *Portugau* por *Portugal*, *expuuso* por *expulso* (semivocalização da consoante *l*, em final de sílaba e de palavra); *entri* por *entre*, *qui* por *que*, *eli* por *ele* (vogal final de palavra *-e* pronunciada *-i*); *tentá* por *tentar*, *fazê* por *fazer*, *trazê* por *trazer*, *levá* por *levar* (*-r* final de palavra mudo), que Horácio Bento Gouveia diz também ocorrer na Madeira: “O *r* dos infinitos, antes de palavra que comece por consoante, cai. Hoje vai-se **comê** gaiado; Laurinha foi **trabalhá** no bordado; Antonito foi à serra **buscá** lenha; Tou a **fazê** tempo ementes Rosinha nã chega” (Gouveia, 1960: 4). Outro traço fonético presente no texto é o *rr* característico da fala do Nordeste brasileiro, *forrma* por *forma*, *porrqui* por *porque*. É interessante verificar que, na fala do entrevistado, há uma tendência para a palatalização do *l*, quando precedido de *i*, tal como na Madeira, por exemplo em *aquilho* por *aquilo* e *família* por *família*.

No que diz respeito ao léxico, observamos o uso de termos usados no Brasil, que são desconhecidos em Portugal, como *griffe* por *marca*; de formas lexicais que não existem no PE, como *olhamento* por *olhar* ou *visão*, *bate papo* por *conversa*, *colocação* por *pergunta*, *presídios* por *prisões*, *bacará* por *objeto de valor* e *cadê* por *onde está*; de palavras com valores semânticos diferentes, como *segurei* por *guardei*, *administrá* por *lecionar*, *pegar* por *escolher* (“Pégou numa [escolheu uma] pêssoa [pessoa] qui [que] *tchinha* [tinha]...”), mas também por *usar* (“*devi* [deve] *tê* [ter] *pégado* [pegado/usado] as fo-

lhinhas qui [que] dão...”), por *tirar* (“A ségurança [segurança] prá [para] pégá [pegar/tirar] o djinhero [dinheiro] no [na] caixa vintchi [vinte] e quatro horas”) e ainda por *ir buscar* (“não podi [pode] mais pégá [pegar/ir buscar] o téléfoni [telefone] e ligá [ligar]”); o mesmo acontece com a palavra gente que pode significar “meu Deus” (“Gentchi [meu Deus] eu vou pra [para] Paris!”), “pessoal” (“Gentchi [Pessoal], aqui não é pra [para] ganhá [ganhar] djinhero [dinheiro]”) e “nós” (“a gentchi [gente/nós] fazia [fazíamos] questão dji [de] está [estar] com ela”). Ainda no âmbito lexical, podemos ver que o locutor, que vive na ilha da Madeira há dois anos, utiliza o vocábulo *bilhardando* por *falando*, no gerúndio, e o termo da gíria portuguesa *gajos*. O entrevistado, durante a conversa com a documentadora, e a propósito da situação do pai querer que ele estude administração e ele fingir que o fazia enquanto estudava educação, diz uma expressão que qualifica de “bairrista”, ou seja, popular: **“enquanto comê do meu pilão, vai prová do meu quinhão”**. Também na Madeira, na fala da Sr^a. Filomena, temos toda a riqueza e sabedoria de expressões populares, como a que diz para rematar o relato da história da sua vida: **“neste mundo, sempre há de haver uma tesoura de cortar”**, quer dizer, todas as pessoas de alguma forma hão de passar por algum sofrimento na vida.

Horácio Bento Gouveia (1971) indica que “Forrageados os exemplos de formas lexicais viventes no Brasil e na Madeira com o mesmo valor semântico, apresentara-se-me naturalmente o problema de decifrar a coexistência daquelas formas no linguajar do madeirense e do brasileiro. Teria a emigração da família ilhoa, a partir da transplantação da cana-de-açúcar para as terras brasílicas, introduzido ali o seu falar? Parece mais lógico este raciocínio do que a conjectura da influência do brasileiro no madeirense de torna-viagem. Mas outra hipótese se aventa, quanto a alguns termos, a qual emitiu o meu amigo, o erudito Dr. Ernesto Gonçalves: há a considerar um que [sic] outro aspecto morfológico comum ao continental, ao brasileiro e ao madeirense no século XVIII, o qual tenha prevalecido entre nós e no Brasil, posto que não da linguagem do povo como papai. Em José Lins do Rego e Graciliano Ramos também são encontradas as formas perifrásticas com o gerúndio, assim como espiar e carreira. Entre o linguajar madeirense e brasileiro há afinidades de séculos”. Em 1972, Bento Gouveia escreve: “Na ilha da Madeira, em despeito do convívio cosmopolita da cidade, das comunicações fáceis entre o Funchal e as freguesias arredadas do norte e da disseminação das escolas, ainda prevalecem certos vocábulos do ambiente social de há cerca de 800 anos. Existem lugarejos, onde, preso o homem à terra, continua ele também preso à linguagem que os primeiros povoadores deixaram em herança. (...) como pode dizer-se hoje, a verdade é que constituem essas palavras fonte vivíssima para o estudo da língua. Não se trata, pois, de regionalismos e sim de arcaísmos formais nunca atentatórios da pureza do idioma. Posto que velharias, são documentos a atestarem sinais fonéticos da fala de uma sociedade medieva. (...) Trago no ouvido a frase tão arcaica, de meus sítios: «**boto** no chão»”. Não podemos deixar de referir que o verbo *botar* é corrente no Brasil, como podemos ver na frase do entrevistado: “Foi a primera [primeira] vez [vez] quèu [que eu] **botei [pus]** os pés na Europa”. Bento Gouveia continua: “E o advérbio *casi*: «Casi que nã chegavas». A tendência geral da lei da economia na pronúncia vocábulos, por certo, deve de ser uma das causas por que estes arcaísmos se mantêm com vida própria na boca da gente que não aprendeu a cartilha. Será testemunho de analfabetismo, de ignorância, de falta de convivência com os que andaram na escola ou frequentam a cidade (...) Que diferença faz o estudo do Português de Portugal, do estudo do Português do Brasil! Quão raros são os trabalhos em profundidade de estudiosos portugueses da índole de língua de Nordeste, de Mário Marroquim, filólogo brasileiro. O Português arcaico surge-nos no falar de certos sítios do interior em que se ouve o saboroso arcaísmo *fror* do período Afonsino”.

Ainda a nível lexical, não podemos deixar de referir as observações de Alberto Gomes (1949: 149), em “Achegas para um estudo do dialeto insular”, que escreve: “Temos, com efeito, uma apre-

ciável variedade de termos brasileiros no nosso dialeto. Estes, porém, ao contrário do que se poderia supor, não dão à linguagem popular um sabor exótico. O sentido prático do povo soube aproveitar-se dessas expressões, adaptando-as a ideias, atos e objetos ainda imperfeitamente identificados na linguagem corrente do meio e da época. Até neste particular só temos a nos vangloriar com a sua escolha e o seu aproveitamento. Estão neste caso as expressões nitidamente brasileiras: *engenho* (fábrica, máquina), *lampeão* (candeeiro), *ladeira* (calçada), *apoid* (corruptela de *empôs*), *cuscuzeira* (vaso onde se fabrica o cuscus), *alcaide* (objeto que não se vende; mono); *amoliar* (enfadar), *charolo* (charuão), *lambança* (falatório), *sítio* (lugar), *banzar* (jactar-se), etc.”. Porém, não se trata de importações lexicais brasileiras, mas de palavras antigas conservadas na Madeira e no Brasil, que já existiam na Madeira antes de chegarem ao Brasil. Cabral do Nascimento (1950: 211) afirma: “É claro que, para o habitante de Lisboa, onde se fala um português básico, duma confrangedora pobreza franciscana, a maior parte destas expressões serão grego ou chinês. Mas no resto do país, em que ainda perdura certa riqueza de linguagem e abundam frases aforísticas, com todo o seu pitoresco, estes modos de dizer não constituem novidade nem se apresentam como privativos de tal ou tal região. Representam um património comum, herdado dos pais e acrescentado pelos filhos, e levado para terras distantes onde os portugueses se estabeleceram e proliferaram”. Maria do Carmo Noronha Pereira (1952: iv) diz-nos que um “Pormenor muito importante é o carácter sedentário do nosso “vilão”. Quer pela dificuldade de transportes, quer pela falta de recursos monetários, raramente vem ao Funchal. Nas regiões mais afastadas, encontra-se ainda quem nunca tivesse saído da freguesia. Este traço vai ter repercussões no carácter arcaico dalguns aspetos do falar. É nos pontos de difícil comunicação com a capital que se conservam, ainda hoje, expressões e formas arcaicas, o que confirma a tese de Bartoli, quando diz que áreas mais isoladas são áreas mais arcaicas”. De acordo com Marques da Silva (1960: 85-86), “Na vida quase milenária da língua portuguesa, muitas palavras que serviram a linguagem dos nossos varonis antepassados envelheceram e morreram, como eles. Contudo, nos meios rurais portugueses, onde a evolução linguística só muito lentamente se insinua, vamos encontrar, ainda hoje, curiosas sobrevivências de falar antigo que, pela riqueza expressiva que encerram, constituem autênticas e preciosas novidades para ouvidos atentos e curiosos do nosso século. No característico falar madeirense topam-se, a cada passo, vocábulos e expressões pronunciados exatamente como os registaram os escritores dos séculos XV, XVI e XVII. Em todos vamos encontrar, como nos camponeses da freguesia de S. Jorge e de todas ou quase todas as zonas rurais da Madeira. (...) Estou até tentado em admitir que o característico ensurdecimento do *i* madeirense tem raízes fundas no antigo Português. Não escreviam as penas quatrocentistas *Leireia, esto e aquesto?*”. Quanto a este fenómeno fonético, curiosamente, no Brasil, encontramos o inverso, a tendência para a pronúncia do *e* como *i*, por exemplo, *minino* por *menino*, que na ilha ocorre em *piqueno* por *pequeno*.

Também no que se refere ao aspeto morfossintático, destacamos alguns traços: *meu pai* e *minha mãe* por *o meu pai* e *a minha mãe* (ausência do artigo antes do possessivo pré-nominal); formas gerundivas, que também são muito frequentes na Madeira. Segundo Bento Gouveia (1966: 285-288), em “A Língua do Brasil e de Portugal”, existe um paralelismo entre “o linguajar do Brasil e o da Madeira. (...) Há uma analogia entre a sintaxe do habitante da ilha e a do povo brasileiro. Silveira Bueno assevera: «De acordo com o tipo clássico, preferimos a construção gerundial»: *estar estudando, anda dizendo, vinha chegando* em vez de *estar a estudar, anda a dizer, vinha a chegar*. É exatamente aquela forma perifrástica que prevalece também na nossa terra. O gerúndio entra quase inteiramente na maneira de toda a gente se expressar: *vinha andando, ia correndo, estava saltando, esteve jogando*”. Refere ainda outro elemento comum: “Frequentíssimo é o uso do verbo *ter* impessoal com o sentido de *haver, existir*. Isto, no Brasil. «É corrente tal uso, não já na expressão do vulgo inculto, mas até na dos letrados

quando falam descuidadosamente». É o caso de – *tinha* muita gente na festa – *tem* muitas flores no jardim. Nos exercícios de redação dos alunos que são admitidos ao primeiro ano do Liceu, aqui, no Funchal, enfermam eles da mesma endemia: *Tem* muita gente no cais; *Tinha* no lagar três homens a fazer vinho; Na Prainha *tem* uma enorme praia, etc.”, o que leva o autor a afirmar: “Como se vê, o dialeto madeirense continua-se no Brasil, em vários de seus aspetos. Das terras portuguesas deve ser a Madeira aquela que possui um parentesco porventura mais íntimo, na fisionomia linguística, com nossos irmãos da América do Sul”. João da Cruz Nunes (1965: 111) informa que “no aspeto linguístico, surge também a tendência para o uso de determinados sons, construção e maneiras de dizer muito características. Será elucidativo estabelecer, sob o ponto de vista linguístico, uma relação com o que se passa no Brasil, que também é fruto duma colonização”.

Cada um dos entrevistados, através da língua falada, transmite as suas memórias ou histórias de vida e, ao mesmo tempo, revela a sua identidade sociocultural no espaço e no tempo: o que recebeu, o que vive e o que é enquanto indivíduo no arquipélago e no mundo. Logo, as memórias, tradições e lembranças da infância, da família, dos seus hábitos e costumes, da escola, das tarefas agrícolas, do bordado, da fome, da Festa, das terras e das gentes, dos arraiais e da música fazem parte da nossa identidade madeirense nas ilhas e na mobilidade espacial e temporal “dos nossos” no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, V., 1989, *História Oral: a experiência do CPDOC*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Aragaki, S. S. *et al.*, 2014, “Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões da realidade”. In: Spink; Brigação; Nascimento; Cordeiro (org.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*, Rio de Janeiro, Centro Edelstein, pp. 57-72.
- Bacelar do Nascimento, F. *et al.*, 1989, “Como Escrever o Oral?”, *RILP*, número 2, Lisboa, AULP.
- Bazenga, Aline, 2010, “Concordância verbal e variantes de 3ª pessoa do plural em PE: resultados preliminares de um estudo sociolinguístico com base numa amostra de Português falado no Funchal”, *Pluricentric Languages Conference Proceedings*, Braga, Catholic University.
- Bazenga, Aline, 2011, “Aspetos do Português falado no Funchal e variedades do Português”, *III Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. A formação de novas gerações de falantes de Português no Mundo*, Macau, Universidade de Macau.
- Bazenga, Aline, 2016, “Sociedades insulares e identidade: aspetos linguísticos da ‘madeirensidade’ no Atlântico lusófono”, *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (vol. Antezero), Lisboa/Funchal, APCA/INCM, pp. 216-225.
- Bento, António, 2016, “Análise de conteúdo na investigação qualitativa”, *Et al. Revista da Associação Académica da Universidade da Madeira*, nº 83, pp. 22-23. Disponível em <http://www.aauma.pt> (consultado a 20 de janeiro de 2017).
- Berber Sardinha, Tony, 2004, *Linguística de Corpus*, Barueri, São Paulo, Editora Manole.
- Biber, D. *et al.*, 1998, *Corpus Linguistics – Investigating Language Structure and Use*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bortoni-Ricardo, Stella Maris, 2004, *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*,

São Paulo, Parábola.

- Bortoni-Ricardo, Stella Maris, 2005, *Nós cheguem na escola, e agora? Sociolinguística e educação*, S. Paulo, Parábola.
- Branco, Jorge Freitas, 1983, “Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira. (Esboço de problemática)”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º e 5º, pp. 635-644.
- Branco, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Camargo, Aspácia, 1994, “História Oral e política”. In: Ferreira, M. de M. (org.), *História Oral e Multidisciplinariedade*, Rio de Janeiro, CPDOC/Diadorim/Finep, pp. 78-90.
- Cordeiro, M. Prioli *et al.* 2014, “Como pensamos ética em pesquisa”, *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (org. Mary Jane Spink *et al.*), Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 31-56.
- Cummins, J., 1983, “Bilingualism and special education: Program and pedagogical issues”, *Learning Disability Quarterly*, nº 6, pp. 373-386.
- Cummins, J., 1996, *Negotiating identities: education for empowerment in a diverse society*, Los Angeles, California, Association for Bilingual Education.
- Fillmore, C., 1992, “‘Corpus Linguistics’ or ‘Computer Corpus Linguistics’”, *Directions in Corpus Linguistics Proceedings of Nobel Symposium 82, Stockholm, 4-8 August 1991*, Berlin, New York, De Gruyter.
- Flores, Cristina e Melo-Pfeifer, Sílvia, 2014, “O conceito de Língua de Herança na perspectiva da Linguística e da Didática de Língua: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico da criança luso-descendente na Alemanha”, *Domínios de Linguagem*, v. 8, nº 3 (ago./dez.), pp. 16-45.
- Freitas, Sônia Maria de, 1992, *Contribuição à memória da FFCL-USP: 1934-1954*, Dissertação de Mestrado em História, S. Paulo, FFLCH/USP.
- Freitas, Sônia Maria de, 2006, *História Oral: possibilidades e procedimentos*, 2ª ed., S. Paulo, Associação Editorial Humanitas.
- French, J. P., 1991, “Updated notes for soundprint transcribers”, *NERC-WP 4-47*, Birmingham, University of Birmingham.
- Gomes, Alberto F., 1949, “Acheegas para um estudo do dialecto insular”, *Das Artes e da História da Madeira*, I (19 março), pp. 148-149.
- Gonçalves, Rita e Lisboa, Teresa, 2007, “Sobre o método da História Oral em sua modalidade trajetória de vida”, *Revista Katál*, Florianópolis, v. 10, nº esp. pp. 83-92.
- Gouveia, Horácio Bento de, 1952, “Da linguagem falada e escrita”, *Diário de Notícias*, 8 de agosto, p. 1.
- Gouveia, Horácio Bento de, 1960, “Respigos de fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada”, *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de fevereiro, pp. 3 e 4.
- Gouveia, Horácio Bento de, 1966, “A língua do Brasil e de Portugal”, *Canhenhos da Ilha*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pp. 285-288.
- Gouveia, Horácio Bento de, 1971, “Linguajar do Brasil, linguajar da Madeira”, *Diário de Notícias*, Fun-

chal, 8 de fevereiro, pp. 1 e 3.

Gouveia, Horácio Bento de, 1972, "A expressão arcaica da nossa gente", *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de novembro, pp. 3 e 4.

Joutard, Philippe, 1998, "História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos". In: Ferreira, M. M e Amado, J. (org.), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 31-43.

Joutard, Philippe, 2000, "Desafios à História Oral do século XXI", *História Oral. Desafios para o século XXI*, Marieta Ferreira et al. (orgs.), Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, pp. 31-45.

Isquerdo, Aparecida Negri, 1996, *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*, Araraquara, Faculdade de Letras, Tese de Doutorado em Letras.

Isquerdo, Aparecida Negri, 2003, "Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos", *História, região e identidades* (orgs. MARIN, J. R. e VASCONCELOS, C. A. de), Campo Grande, Editora da UFMS, pp. 165-181.

Labov, William, 1966, *The Social stratification of English in New York City*, Washington D. C., Center for Applied Linguistics.

Labov, William, 1972, *Sociolinguistic patterns*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Labov, William, 1990, "The intersection of sex and social class in the course of linguistic change", *Language variation and change*, 2, pp. 205-254.

Le Goff, Jacques, 1996, *História e Memória*, 2ª ed., Campinas, Editora da Unicamp.

Marcuschi, Luiz Antônio, 2007, *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*, S. Paulo, Cortez.

Matos, Júlia Silveira e Senna, Adriana Kivanski de, 2011, "História Oral como fonte: problemas e métodos", *Historiae*, Rio Grande, 2 (1), pp. 95-108.

Matos, Sérgio, 2008, "A cultura pela língua. Algumas reflexões sobre pragmática (inter)cultural e ensino-aprendizagem de língua não materna", *O fascínio da linguagem. Atas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 391-406.

McEnery, T. e Wilson, A., 1996, *Corpus Linguistics*, Edinburgh, Edinburgh University Press.

Milroy, Lesley, 1987, *Language and social networks*, New York, Basil Blackwell.

Milroy, Lesley e Muysken, Pieter, 1995, *One speaker, two languages. Cross-disciplinary perspectives on code-switching*, Cambridge, Cambridge University Press.

Mussalin, Fernanda e Bentes, Anna Cristina, 2006, *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, vol. I, S. Paulo, Contexto.

Nascimento, João Cabral do, 1950, "Existem Palavras e Locuções Madeirenses?" *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, nº 1-2, pp. 204-211.

Nunes, Naidea Nunes, 2014, "Variação social e vitalidade de alguns regionalismos madeirenses no Português falado na cidade do Funchal", *Confluência. Revista do Instituto da Língua Portuguesa*, nº 46, 1º semestre, Rio de Janeiro, pp. 335-370.

Pires, A., 2011, "Linguistic competence, poverty of the stimulus and the scope of native language

acquisition”, *Múltiplos Olhares sobre o Bilinguismo* (ed. C. Flores), Braga, Húmus/CEHUM, pp. 115-143.

Pollak, M., 1992, “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, v. 5, nº 10, pp. 200-212.

Portelli, Alessandro, 1997, “O que faz a história oral diferente”, *Proj. História*, São Paulo, 14, fev., pp. 25-39.

Ramilo, Celeste e Freitas, Tiago, 2002, “Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspetivas”, *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* (org. de Isabel Duarte, Joaquim Barbosa, Sérgio Matos, Thomas Husgen), vol. 2, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Sanchez, A., 1995, “Definicion e Historia de los Corpus”, *CUMBRE – Corpus Linguisticos de Espanol Contemporaneo* (org. A. Sanchez et al), Madrid, SGEL.

Santana, Jessé e Neves, Maria, 2015, “As variações linguísticas e suas implicações na prática docente”, *Millenium*, 48 (jan./jun.), pp. 75-93.

Silva, António Marques da, 1960, “Sobrevivência do Português antigo na Madeira”, *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, Lisboa, março, pp. 85-86.

Silva, António Marques da, 2013, *Linguagem popular da Madeira*, Cadernos Madeirenses, Série II/2, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, Governo da Região Autónoma da Madeira.

Sinclair, J., 1991, *Corpus, Concordance and Collocation*, Oxford, Oxford University Press.

Sinclair, J. e Ball, J., 1995, *Spoken language within a written language corpus*, texto policopiado.

Sinclair, J., 1996, “The search for units of meaning”, *Textus*, 9, 1, pp. 75-106.

Sousa, João José Abreu de, 1995, “Camponeses do Oeste da Madeira”, *Isleña*, nº 17, jul./dez., pp. 12-17.

Spink, Mary Jane, 2000, “A ética na pesquisa social: da perspetiva prescritiva à interanimação dialógica”, *Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS*, v. 31, nº 1, jan./jul., pp. 7-22. Disponível em https://www.academia.edu/192773/A_%C3%A9tica_na_pesquisa_social (consultado a 18 de janeiro de 2017).

Thompson, Alistair, 1999, “Moving stories: Oral History and migration studies”, *Oral History*, vol. 27, nº 1, Migration (Spring), pp. 24-37.

Thompson, Paul, 2000, *The voice of the past. Oral History* (third edition), Oxford, Oxford University Press.

Vieira, Sílvia e Bazenga, Aline, 2013, “Patterns of third person plural verbal agreement”, *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 12, nº 2, Lisboa, Edições Colibri, pp. 7-50.

Tourtier-Bonazzi, Chantal de, 1998, “Arquivos: propostas metodológicas”. In: Ferreira, M. M. e Amado, J. (org.), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 233-246.

Weinreich, U., Labov, W. e Herzog, M., 1968, “Empirical foundations for a theory of linguistic change”, *Directions for historical linguistics* (orgs. Lehmann, W. e Malkiel, Y.), Austin, University of Texas Press, pp. 97-195.